



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E CIÊNCIAS CONTÁBEIS (FEAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM REDE
NACIONAL (PROFIAP)

JULIANA MARIA SILVA PEREIRA

DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
POLÍTICA DE EXTENSÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA

Maceió-AL

2019

JULIANA MARIA SILVA PEREIRA

**DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DA
POLÍTICA DE EXTENSÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão Final apresentado como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Anderson de Barros Dantas
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Josineide Francisco Sampaio

Maceió-AL

2019



FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIANA MARIA SILVA PEREIRA

DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL
DA POLÍTICA DE EXTENSÃO EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA
BRASILEIRA

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Alagoas como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública, Mestrado Nacional em Administração Pública em Rede Nacional - PROFIAP, para obtenção do título de Mestre.

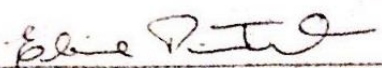
Aprovada em:

Maceió, 12 de julho de 2019.


Prof. Dr. Anderson de Barros Dantas - PROFIAP- FEAC/UFAL


Prof. Dr. Josineide Francisco Sampaio - FAMED/UFAL


Prof. Dr. Paulo Henrique de Lima Siqueira - PROFIAP/UFSJ


Prof. Dr. Elaine Cristina Pimentel Costa - FDA/UFAL

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário: Marcelino de Carvalho

P436d Pereira, Juliana Maria Silva.

Desafios para implementação da avaliação institucional da política de extensão em uma universidade pública brasileira / Juliana Maria Silva Pereira. – 2019.

85 f. : il.

Orientador: Anderson de Barros Dantas.

Coorientadora: Josineide Francisco Sampaio

Dissertação (mestrado em Administração Pública) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração Pública em Rede Nacional. Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 69-75.

Apêndices: f. 76-85.

1. Extensão universitária. 2. Avaliação institucional. 3. Indicadores de produtividade. 4. Ensino superior - Administração. 5. Universidade e faculdades públicas. I. Título.

CDU: 378.1

DEDICATÓRIA

Aos mestres mais importantes da minha vida, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Diz um grande filósofo chinês (Sun Tzu) que as oportunidades se multiplicam à medida que são agarradas. Assim eu fiz, mas para que isso acontecesse eu não caminhei sozinha, por trás dessa história de triunfo há uma imensa bagagem de gratidão...

Ao amor de Deus, pois quando os meus olhos não podiam ver, tua mão segura me ajudou a andar, dando razão (sempre) para todos os passos da minha caminhada.

Aos meus pais e minha irmã por serem as âncoras do meu porto mais seguro. Em tudo que já conquistei, não venci, vencemos.

À minha família junqueirense, de sangue ou coração, por ser essa raiz de amor que nunca me faz esquecer de onde eu vim e com quem contar.

À minha Sofia Valentina, pelo elo de amor sobrenatural que nos une.

À Universidade Federal de Alagoas, por ser essa referência de transformação na minha vida enquanto pessoa e profissional. Nosso caso de amor é algo indescritível, por isso aqui sempre será o meu lugar.

Aos professores do Mestrado Profissional em Administração Pública da UFAL, em especial ao meu orientador Prof. Dr. Anderson de Barros Dantas pela partilha de conhecimento e sobretudo pela compreensão nos momentos que a vida tomou outros rumos e as prioridades outras disposições.

À minha tão querida coorientadora, Profa. Dra. Josineide Francisco Sampaio, por ter aceitado o meu convite realizado sob a certeza de que suas orientações impulsionariam minha pesquisa a um nível de qualidade e coerência dignos de quem realiza com excelência a função extensionista no contexto da universidade. És inspiração, e seus ensinamentos a “cereja do bolo” deste trabalho pautado na paixão que nos une, a Extensão Universitária.

Meu muito obrigada aos meus colegas da turma PROFIAP/UFAL 2017, sou muito realizada pela oportunidade de dividir este capítulo da minha vida com pessoas que carregam exemplos de dignidade humana e de luta em defesa do serviço público. Especialmente, estendo meus agradecimentos a minha amiga Ana Paula Nascimento pela parceria nos momentos de angústias e nos deleites das pequenas vitórias que me fizeram chegar até aqui.

Mas eu não poderia terminar sem agradecer à Pró-Reitoria de Extensão da UFAL nas pessoas da Profa. Dra. Joelma Albuquerque e Profa. Dra. Betânia Gomes que me deram todas as condições e apoio para a realização deste trabalho, e, sobretudo, pela amizade e respeito que construímos ao longo desses anos inesquecíveis.

Já deu tudo certo!

“ Fica decretado que agora vale a verdade. Agora vale a vida, e de mãos dadas, marcharemos todos pela vida verdadeira [...]

[...] Fica decretado que, a partir deste instante, haverá girassóis em todas as janelas, que os girassóis terão direito a abrir-se dentro da sombra; e que as janelas devem permanecer, o dia inteiro, abertas para o verde onde cresce a esperança [...]

Fica decretado que o dinheiro não poderá nunca mais comprar o sol das manhãs vindouras. Expulso do grande baú do medo, o dinheiro se transformará em uma espada fraternal para defender o direito de cantar e a festa do dia que chegou.”

(Thiago de Melo)

RESUMO

A avaliação da Educação Superior perpassa por um processo de evolução que visa superar o caráter impositivo de suas orientações destituídas de momentos de análises e discussões necessárias frente ao ambiente complexo e plural que caracterizam as organizações em debate. Este trabalho, atraído pela valorosa perspectiva de tornar permanente a avaliação institucional da política de extensão como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, teve como objetivo analisar os limites e possibilidades para a UFAL implementar os Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU) consolidados como base de referência pelo FORPROEX. Com o intuito de alcançar tal finalidade, optou-se pela condução de uma pesquisa exploratória de caráter descritivo. A coleta de dados se deu pela técnica de análise documental para situar por meio de diagnóstico descritivo as diretrizes e ações acadêmico-administrativas relacionadas à política de extensão da UFAL no último quadriênio (2015-2018). Os resultados foram analisados por intermédio da metodologia de análise de conteúdo de Bardin, sistematizada em cinco categorias temáticas: Política de Gestão, Infraestrutura, Plano Acadêmico, Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica. Os resultados apontam que dadas as circunstâncias postas, a UFAL tem condições imediatas para implementar 38 indicadores da base de referência IBEU, possibilidades derivadas principalmente da capacidade de sistematização dos dados oferecida pelo SIGAA/Módulo Extensão. Diante das limitações identificadas como desafios no sentido de efetivação dos demais indicadores, evidencia-se a necessidade de que os próprios instrumentos avaliativos definam a estrutura de registro, de modo que a avaliação seja realizada sobre uma sequência de dados coletados de forma sistemática ao longo do processo, incluindo a atividade de concepção e planejamento da ação de extensão. Espera-se que a extensão no âmbito da UFAL, a partir da implementação de indicadores de desempenho, possa ter instrumentos para se inserir e participar como mais propriedade das discussões que definem o futuro institucional, motivação genuína de todo e qualquer processo avaliativo, não existir para somente apresentar dados estáticos, isolados de apreciação, mas ser direcionador do fortalecimento e vislumbre de novos caminhos de atuação.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Avaliação. Indicadores de Desempenho.

ABSTRACT

The evaluation of Higher Education goes through a process of evolution that aims to overcome the tax nature of its guidelines devoid of moments of analysis and discussions necessary in the complex and plural environment that characterize the organizations under debate. This work, attracted by the valuable perspective of making permanent the institutional evaluation of the extension policy as one of the evaluation parameters of the university itself, had the objective of analyzing the limits and possibilities for UFAL to implement the Brazilian Indicators of University Extension (IBEU) consolidated as basis of FORPROEX. In order to achieve this purpose, we chose to conduct an exploratory research of a descriptive nature. The data collection was done by the documentary analysis technique to locate, through a descriptive diagnosis, the guidelines and academic-administrative actions related to UFAL's extension policy in the last four years (2015-2018). The results were analyzed through the methodology of Bardin content analysis, systematized into five thematic categories: Management Policy, Infrastructure, Academic Plan, University / Society and Academic Production Relation. The results indicate that given the circumstances, UFAL has immediate conditions to implement 38 indicators of the IBEU baseline, possibilities derived mainly from the data systematization offered by the SIGAA / Extension Module. In view of the limitations identified as challenges to the effectiveness of other indicators, it is evident that the evaluation instruments themselves define the recording structure so that the evaluation is performed on a sequence of data collected in a systematic way throughout the The extension within the UFAL, from the implementation of performance indicators, may have instruments to insert and participate as more ownership of the discussions that define the institutional future, genuine motivation of any and all evaluation process, does not exist to only present static data, isolated from appreciation, but to be a driver of strengthening and a glimpse of new paths of action.

Keywords: University Extension.Assessment. Performance Indicators.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Concessões de bolsas de extensão (2015-2018).....	53
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Caracterização do PNEXT (2001)	24
Quadro 2 - Conjunto de metas e prazos estabelecidas no PNEXT (2001).....	26
Quadro 3- Diretrizes das ações de extensão com base na PNEU (2012).....	28
Quadro 4- Projetos PROEXT /MEC por Linha Temática em % (2009/2016).....	32
Quadro 5- Categorias de Indicadores de Desempenho	37
Quadro 6- Dimensões de resultados direcionadas a uma ação de extensão.....	39
Quadro 7- Nível de participação das IPES ao final da primeira rodada Delphi	44
Quadro 8- Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária	44
Quadro 9- Relação de solicitações de informações tramitadas via E-SIC	49
Quadro 10- Dados para submissão de ações e relatórios no SIGAA/Módulo Extensão.....	55

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –Cadeia de Valor e os 6Es do desempenho	36
Figura 2 -IBEU alinhados à cadeia de valor.....	46
Figura 3 - Relação dos documentos analisados na pesquisa	49
Figura 4 -Preceitos da Resolução n.º 65/2014-CONSUNI/UFAL	52
Figura 5 -Aba Relatórios – Perfil Gestor de Extensão - SIGAA/Módulo Extensão	56
Figura 6 -Curricularização da Extensão na UFAL	58
Figura 7 -Possibilidades e Limitações alinhadas à Cadeia de Valor e aos 6Es do desempenho para implementação dos IBEU na UFAL.....	63

LISTA DE SIGLAS

ACE	Atividades Curriculares de Extensão
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BET	Bolsa de Extensão Transitória
CAPACITASUAS	Programa Nacional de Capacitação do SUAS
CGU	Controladoria Geral da União
CH	Carga Horária
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODAE	Coordenação de Atividades de Extensão
CONSUNI	Conselho Superior Universitário
CAC	Coordenação de Assuntos Culturais
COPEX	Coordenação de Programas e Projetos de Extensão
CPAE	Comissão Permanente de Avaliação da Extensão
CRUTAC	Campus Avançado e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária
E-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FALE	Faculdade de Letras
FORPLAD	Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
FSSO	Faculdade de Serviço Social
FUNDEPES	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa
GTI	Grupo de Trabalho Interinstitucional
IBEU	Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Anísio Teixeira
INFRA	Infraestrutura
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação
PA	Plano Acadêmico
PAESPE	Programa de Apoio aos Estudantes das Escolas Públicas do Estado
PCC	Plano de Cargos e Carreiras
PG	Política de Gestão
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIP	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Pesquisa-Ação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNEU	Política Nacional de Extensão Universitária
PNEXT	Plano Nacional de Extensão
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PPI	Projeto Políticos Institucionais
PROCCAEXT	Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas
PRODU	Produção Acadêmica
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROEXTE	Programa de Fomento à Extensão Universitária
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROINART	Programa de Iniciação Artística
RENEX	Rede Nacional de Extensão
RUS	Relação Universidade-Sociedade
SAGI	Superintendência de Avaliação e Gestão da Informação
SECS	Secretaria dos Conselhos Superiores
SIAFI	Sistema de Administração Financeira
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
TCU	Tribunal de Contas da União
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFGC	Universidade Federal de Campina Grande

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1. Contextualização	16
1.2. Problemática e Justificativa	18
1.3. Objetivos	19
1.3.1. Objetivo Geral	19
1.3.2. Objetivos Específicos	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1. Extensão Universitária: considerações históricas	21
2.2. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira	24
2.2.1. Plano Nacional de Extensão	24
2.2.2. Política Nacional de Extensão Universitária	26
2.2.3. Extensão como instrumento de políticas públicas	29
2.3. Avaliação da Extensão Universitária sob a ótica da Gestão de Desempenho	35
2.3.1. Gestão e Mensuração do Desempenho Institucional no Serviço Público	35
2.3.2. Avaliação da Extensão Universitária	38
2.3.3. Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)	42
3. METODOLOGIA	48
3.1. Tipologia da pesquisa	48
3.2. Coleta e análise dos dados	48
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	51
4.1. Política de Gestão	51
4.2. Infraestrutura	54
4.3. Plano Acadêmico	57
4.4. Relação Universidade-Sociedade	59
4.5. Produção Acadêmica	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6. REFERÊNCIAS	68
APÊNDICE	75

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

A avaliação da Educação Superior perpassa por um processo de evolução que visa superar o caráter impositivo de suas orientações destituídas de momentos de análises e discussões necessárias frente ao ambiente complexo e plural que caracterizam as organizações em debate.

Nas três últimas décadas a avaliação da educação superior configurou-se como uma política pública, conquistou espaço na legislação, e com isso, adquiriu legitimidade sócio-institucional na gestão estratégica de Instituições de Ensino Superior (IES).

A lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definiu as incumbências da União, assegurando seu compromisso com o processo nacional de avaliação, autorização, reconhecimento, credenciamento e supervisão dos cursos das IES, assim como o estabelecimento dos seus sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

O marco regulatório que efetivou o processo de avaliação institucional voltado para a responsabilidade social das IES ocorreu com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), quando se incorporou uma concepção que busca articular autoavaliação e avaliação externa, considerando as diferentes dimensões institucionais sem estabelecer critérios de prioridade no enfoque às políticas de ensino, pesquisa e extensão, bem como à responsabilidade social, especialmente, no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico, à defesa do meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural (BRASIL, 2004).

À luz dessa percepção, introduzem-se aspectos para avaliação das atividades de extensão enquanto ação acadêmica de formação efetiva e instrumento por excelência no processo de inter-relação entre universidade e sociedade que, mediante uma interação dialógica de troca de saberes, contribui para processo de transformação social.

Nesse sentido, planejamento, metodologia e avaliação passam a serem condições substanciais para a institucionalização, desenvolvimento e valorização das práticas extensionistas, como se encontra estabelecido nos princípios do Plano Nacional de Extensão (PNEXT), que inclui em suas diretrizes a “avaliação contínua e sistemática da extensão” (FORPROEX, 2001a, p.1) e na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), por meio do objetivo de tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão

Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade (FORPROEX, 2012).

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX) tem um acúmulo de discussões acerca da promoção do debate nacional em torno da construção de indicadores para avaliação da extensão. O trabalho realizado pela Comissão Permanente de Avaliação da Extensão (CPAE) produziu um referencial teórico organizado em dois livros, intitulados: Avaliação Nacional da Extensão Universitária, publicado em 2001, e Institucionalização da Extensão nas Universidades Públicas Brasileiras: estudo comparativo 1993/2004, publicados em 2006 (FORPROEX, 2013).

A constante pauta de estudos do FORPROEX acerca do processo de avaliação universitária, além de determinar uma base de indicadores, tem como objetivo que os mesmos sejam considerados na construção da matriz orçamentária da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e nas matrizes internas de distribuição de recursos das IFES, avanço necessário para o financiamento das políticas extensionistas.

Diante dessa perspectiva, faz-se necessário associar o processo de avaliação da Extensão a uma metodologia de gestão de desempenho que possibilite mapear e mensurar com base em indicadores o acompanhamento das ações realizadas para a condução das metas e objetivos institucionais.

Legitimado por seu Estatuto, o atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) assume o compromisso da avaliação da extensão universitária na qualidade de instrumento para a estruturação e efetivação das ações, associando indicadores qualitativos na medição do alcance das atividades junto aos segmentos sociais envolvidos e indicadores quantitativos que expressem número de ações e de indivíduos envolvidos nas atividades de extensão entre docentes, discentes, técnico-administrativos e membros da comunidade externa.

Neste contexto, em 2017 o FORPROEX apresentou o Relatório da Pesquisa Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU), consensualizando uma base de referência com objetivos estratégicos e indicadores de desempenho a serem utilizados conforme particularidades de cada instituição.

Na mesma direção, a Resolução n.º 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabelece as diretrizes para a extensão universitária e determina que as instituições devem

explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão.

Assim, considerando que a gestão da extensão deve contemplar o processo avaliativo, tem-se na análise dos desafios para implementação de indicadores de extensão na UFAL, coerentes com as múltiplas possibilidades de interações, a perspectiva de ampliar ganhos a partir de uma extensão politicamente inserida no arranjo institucional e socialmente justificável.

1.2. Problemática e Justificativa

A Resolução n.º 65/2014 do Conselho Superior Universitário (CONSUNI), fundamentada pela concepção e as definições da PNEU, estabelece a atualização das diretrizes gerais das atividades de extensão no âmbito da UFAL, determinando que o processo de avaliação aborde como ação estratégica tanto o compromisso institucional com a estruturação e efetivação das ações de extensão como componente curricular obrigatório, quanto os impactos quantitativos e qualitativos junto aos segmentos sociais envolvidos.

Nessa vertente, promover a criação de indicadores de extensão foi um dos compromissos institucionais firmados pela UFAL e por está pendente de atendimento, conforme Solicitação de Auditoria n.º 044/2017, o último posicionamento da Controladoria Geral da União (CGU) foi a determinação de um calendário para que fossem implantados indicadores quantitativos e qualitativos para mensuração da efetivação das metas definidas para a extensão enquanto macroprocesso finalístico da Universidade.

Ademais, julgando ser o fomento principal da presente pesquisa, em 2017 o FORPROEX consolidou o Relatório Final da IBEU, estabelecendo um parâmetro nacional básico que impeliu IES a inserirem em suas agendas a validação de indicadores e a metodologia para avaliação da extensão.

Semelhante discussão aconteceu em 2017 no Grupo de Trabalho Indicadores do Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD) que visando o aperfeiçoamento dos indicadores adotados nos Relatórios de Gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), além da necessidade de superação das métricas exigidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), consolidou a proposição de 16 indicadores para a dimensão da extensão universitária.

Isto posto, tem-se como problemática: Quais as possibilidades e limites para que a UFAL implemente a avaliação da política de extensão universitária, tendo como base de referência os IBEU? O presente estudo busca responder tal questão a partir da convicção de que

a definição de indicadores para gestão e avaliação de qualquer atividade, ainda que atuem num mesmo segmento, deverá ter como ponto partida o conhecimento do ambiente dinâmico e peculiar de cada organização.

O envolvimento direto enquanto servidora na Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFAL, durante o período 2013-2018, permite-nos compreender que esta problemática decorre perante avanços políticos, acadêmicos e administrativos que possibilitam o anseio de implementação de um processo de avaliação consubstanciado por indicadores representativos e auditáveis.

Os riscos inerentes a protelação na implementação de indicadores de extensão corroboram com a marginalização da extensão universitária no processo de avaliação institucional por falta de medição, subordinando-a às políticas institucionais sem contestação, uma vez que se a extensão não tem um processo avaliativo constante, como podemos valorá-la?

Da mesma forma, a lacuna na implantação de processos avaliativos para a extensão abre precedentes para a transposição de indicadores para avaliação de desempenho sem a necessária redução às características da organização universitária. Leitão (1987, p.71) já trazia esse entendimento quando comentava que “a universidade não pode ser considerada eficiente ou eficaz pelos padrões utilizados para as empresas convencionais públicas e, sobretudo, privadas, sua gestão deve ser compreendida a partir de sua ‘especificidade’”, a partir dela que deverá ser construído seu sistema de avaliação.

Neste cenário, este trabalho se faz relevante tanto em termos científicos, à medida que conduz a obtenção de novos conhecimentos a partir de discussões consolidadas sobre a avaliação da extensão ante o prisma da gestão de desempenho, quanto pela relevância prática decorrente da necessidade eminente da UFAL efetivar a validação de indicadores, tendo como referência os Indicadores Brasileiros de Extensão consolidados pelo FORPROEX.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo Geral

Analisar os limites e possibilidades para implementação dos Indicadores Brasileiros de Extensão no âmbito da UFAL.

1.3.2. Objetivos Específicos

- Identificar as diretrizes para as atividades de extensão na UFAL;
- Levantar por meio de diagnóstico descritivo as ações acadêmico-administrativas relacionadas à extensão no último quadriênio (2015-2018);
- Relacionar as variáveis dos IBEU com o diagnóstico da política de extensão da UFAL.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Extensão Universitária: considerações históricas

A extensão universitária é apresentada como parte da história da própria universidade a partir das interferências que ela sofreu e que produziu na sociedade.

Instituição singular, a primeira universidade surge no século XII na cidade de Bolonha (Itália), como privilégio logrado por poucos, a depender da possibilidade financeira em arcar com os custos para contratação de um professor sobre algum dos temas das chamadas “essências universais”, condição que gerou a denominação de universidade. Aqui, deve-se ressaltar uma curiosidade, a determinação dos conteúdos a serem estudados era estipulada pelos próprios estudantes que assinavam contratos com os professores, caracterizando uma espécie de universidade estudantil, já que os poderes praticamente ilimitados garantiam a condição aos estudantes de serem eles próprios os reitores das universidades e os professores tinham que se submeter às suas decisões (BITTAR, 1999).

Alguns séculos depois na Alemanha do século XIX, a criação da Universidade de Berlim, em 1810, passa a enfatizar a importância da pesquisa na universidade, e mais do que isto, da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação. Segundo a concepção alemã, para que a universidade desempenhe plenamente o seu papel ela deve ser autônoma, embora a sua existência dependa economicamente do Estado, e preocupada com uma formação humanística que vai muito além daquela voltada exclusivamente para o mercado de trabalho (PAULA, 2009).

Com o objetivo de disseminação dos conhecimentos técnicos ao povo a partir de um sentimento mais crítico, as universidades populares da Europa, a partir do século XIX, oportunizaram uma propagação da extensão universitária em países como Inglaterra, Bélgica e Itália. Uma nova função social que ia além do ensino e da pesquisa foi concebida pela extensão, instrumentalizada por meio de cursos e influenciada pelas políticas públicas ligadas às necessidades sociais das populações que estavam excluídas dos programas estatais.

Além das experiências europeias, surgiram práticas extensionistas nos Estados Unidos, a partir de 1860, nas universidades de concessão de terras, com a proposta de prestações de serviços convertidas em elementos das propostas para popularizar a universidade, ações essas que foram decisivas para a modernização da tecnologia agrícola americana (PAULA, 2013).

Na América Latina, o movimento pela Reforma Universitária iniciado pelo Manifesto da Federação Universitária de Córdoba, em 1918, é considerado um marco histórico da

extensão universitária, por seu caráter crítico em relação ao papel da universidade. A revolta dos estudantes levou a uma pressão de grandes proporções, que rompendo com a estrutura dominante, estabeleceu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior com acesso universal, pesquisas e práticas extensionistas que servissem para o desenvolvimento e estivesse a serviço do povo (BLUMBERG, 2012).

As primeiras experiências de extensão nas universidades brasileiras datam do início do século XX, por meio de práticas influenciadas pelas universidades populares da Europa e pela vertente da extensão universitária americana caracterizada pelas prestações de serviços.

A antiga Universidade de São Paulo criada em 1911 consolidou os cursos como a primeira modalidade de ação de extensão do país, no entanto, conforme afirma Gurgel (1986), os cursos desenvolvidos na época eram totalmente desvinculados da realidade acadêmica e que, de uma maneira geral, pouco demonstrava interesse em participação por parte da comunidade local. Já na década de 1920 nas Universidades Federais de Viçosa e de Lavras em Minas Gerais, o panorama da extensão universitária foi vigorado em ações para os fazendeiros que dominavam a região, fazendo uso da prestação de serviços de assistência técnica nas áreas de agricultura e pecuária.

O Decreto n.º 19.851/1931 foi a primeira referência legal que possibilitou a inserção da extensão no Estatuto das universidades brasileiras. Segundo tal normativo, o Conselho Universitário tinha a atribuição de organizar, de acordo com proposta dos institutos da Universidade, os cursos e conferências de extensão universitária com a função de prolongar as atividades técnicas e científicas dos institutos universitários em benefício do aperfeiçoamento individual e coletivo.

Todavia, foi a atuação do movimento estudantil a partir da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) que conferiu protagonismo ao avanço da concepção de extensão, mediante uma maior aproximação com as classes populares, reforçando os preceitos da justiça social, defendendo o ensino público e gratuito, igualmente combatendo a lógica de administração empresarial que dominava as universidades.

A partir da década de 1960, era consensual o movimento em prol da Reforma Universitária, uma vez que “as universidades eram tidas como as grandes produtoras de mão de obra especializada que atenderia a grande demanda do mercado com a chegada das grandes indústrias internacionais pelo país” (GIRALDELLI; KIRA, 2015, p. 6754), assim, consolidou-se a Lei n.º 5.540/1968 que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior por intermédio da interação ensino-pesquisa, a criação da monitoria, o aumento de programas

de extensão, atividades desportivas, culturais e cívicas que viabilizassem a ocupação do corpo discente (ANTUNES et al., 2011).

Com o golpe militar as universidades foram submetidas a um rígido controle ideológico, o governo tecnocrático-militar, estrategicamente, tinha como objetivo não declarado, a retirada dos universitários dos movimentos de rua, deslocando-os para zonas distantes dos grandes centros urbanos ou para áreas rurais. Nesse panorama, três foram os programas nacionais criados e difundidos: Projeto Rondon, Campus Avançado e o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC).

O Projeto Rondon, inspirado na figura do grande humanista Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, foi semeado em 1967, quando trinta estudantes e um professor das universidades do antigo Estado da Guanabara realizaram uma operação denominada “Operação Zero”, com destino ao território de Rondônia, voltada para melhorias das condições de vida da população da região onde atuavam. No entanto, diante do caráter esporádico e sem continuidade das ações, o Governo Federal criou o Programa Campus Avançado em 1969 por meio da fixação de unidades físicas, a maioria na Amazônia, administradas por universidades de outras regiões do país.

Conforme Nogueira (2013) ressalta, essas experiências também sofreram críticas pelo distanciamento do conhecimento produzido e as reflexões sobre as questões locais e regionais. O Projeto Rondon foi interrompido em 1989, sendo retomado no início do século XXI, embora apresentando fragilidades semelhantes ao modelo desenvolvido nos primeiros anos de atuação. O CRUTAC foi instalado em 02 de agosto de 1966 por iniciativa do Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Professor Onofre Lopes, com o objetivo de aproximar os jovens universitários à promoção do desenvolvimento do homem rural (SILVA; AMORIM, 2013). Assim, os estudantes universitários passaram a ser instrumentos do governo militar para a implantação de atividades assistencialistas.

Na acepção apresentada por Freire (2018), esse modelo de fazer extensão engloba ações que transformam a sociedade num depósito receptor de conteúdos que em vez de libertar o homem, escraviza-o, redu-lo a coisa, manipula-o, não permitindo que ele se afirme como pessoa, que atue como sujeito, que seja ator da história e se realize nesta ação fazendo-se verdadeiramente homem.

Em 1975, o Ministério da Educação (MEC) criou a Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários que passou a assumir uma posição de articulação geral das experiências desenvolvidas no campo da

extensão. Após uma reforma administrativa realizada no supracitado Ministério, a CODAE foi extinta e nenhum setor que tratasse da pasta extensão universitária foi incluído em sua estrutura organizacional.

Na culminância de reconstrução do estado democrático e diante da reafirmação do papel da universidade e seu compromisso com as classes menos favorecidas, em 1987 foi criado o FORPROEX, assumindo condição de representante da interlocução com as IES.

Quanto aos seus objetivos, eles foram assim sintetizados em seu regimento (FORPROEX, 2010, p.1):

- I. Propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão e órgãos congêneres das Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras;
- II. Manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras;
- III. Manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem a real integração da prática acadêmica;
- IV. Manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Universidades Públicas;
- V. Incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições de Ensino Superior Públicas Brasileiras.

As discussões e propostas pactuadas a partir da criação do Fórum passaram a definir as diretrizes para formulação e implementação das ações de extensão universitária perante o enfrentamento de novos desafios e aproveitamento de novas oportunidades no âmbito das universidades.

2.2. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira

2.2.1. Plano Nacional de Extensão

Tendo em vista a necessidade de reconhecimento da extensão universitária não somente como atividade acadêmica, mas como dimensão protagonista da concepção de universidade cidadã, o FORPROEX através da sua coordenação nacional elaborou o Plano Nacional de Extensão, visando dar unidade aos programas temáticos em diferentes universidades, assim como garantir os recursos necessários para a realização das ações.

Os pormenores deste plano retomaram questões presentes na plataforma política desde 1987, quando da criação do Fórum, quais sejam:

Quadro 1- Caracterização do PNEXT (2001)

PRINCÍPIOS	▪ A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
	▪ A Universidade não deve se imaginar proprietária de um conhecimento absoluto, que vai ser oferecido à sociedade, mas estar sensível tanto as questões correlatas ao envolvimento com grupos sociais, quanto aquelas decorrentes da atividade acadêmica;
	▪ Participação nos movimentos sociais que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes;
	▪ A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão;
	▪ A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica.
OBJETIVOS	▪ Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
	▪ Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade;
	▪ Dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes;
	▪ Incentivar a interdisciplinaridade e interprofissionalidade dos setores da sociedade e da universidade;
	▪ Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação;
	▪ Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;
	▪ Inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
	▪ Valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
	▪ Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população;
	▪ Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos;
EIXOS TEMÁTICOS	▪ Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade.
	▪ Preservação e sustentabilidade do meio ambiente; ▪ Promoção à saúde e à qualidade de vida; ▪ Educação básica; ▪ Desenvolvimento da cultura; ▪ Transferência de tecnologias apropriadas; ▪ Atenção integral à criança, adolescente e idoso; ▪ Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas; ▪ Reforma agrária e trabalho rural.

Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base no FORPROEX (2001).

Serrano (2012) identifica três funções atribuídas à extensão a partir do PNEXT: a acadêmica, a política e a social, constituindo-se num importante referencial metodológico para a extensão universitária.

Para a consecução dos objetivos propostos foi necessário estabelecer metas cujos prazos têm como referência o ano de 1998, quando da aprovação em plenária do Fórum, no sentido de organizar a própria atividade de extensão universitária, simultaneamente com as metas ligadas à articulação com a sociedade:

Quadro 2 - Conjunto de metas e prazos estabelecidas no PNEXT (2001)

Consolidação do Sistema de Informação sobre extensão universitária	2 anos
Inclusão das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) à Rede Nacional de Extensão (RENEX)	1 ano
Elaboração e implantação de um Programa Nacional de Avaliação da Extensão	1 ano
Definição de linhas prioritárias da extensão nos planos estratégicos departamentais e das universidades	1 ano
Adoção de indicadores quantitativos e qualitativos como critérios para alocação de vagas docentes e distribuição de recursos	2 anos
Implantação de um Sistema Nacional de Educação Continuada e a Distância	3 anos
Institucionalização da participação da extensão no processo de integralização curricular	4 anos
Implementação de escritórios ou coordenações de desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia, articulados com as Pró-Reitorias de Extensão	2 anos
Instituição de um Programa Nacional de Fomento à Extensão, Custeio e Bolsas	2 anos

Fonte: Elaboração própria (2019) com base no PNEXT (2001).

Nogueira (2003), visando apontar alguns acertos e falhas que ocorreram no desdobramento da implementação do PNEXT, contextualiza sua elaboração como uma estratégia política do FORPROEX para ocupar o espaço decorrente da ausência de propostas de extensão para as universidades. No entanto, embora o MEC tenha participado de sua concepção, ele nunca assumiu o plano como política governamental, na prática desenvolveu-se absolutamente como um marco conceitual e diretriz das IES.

2.2.2. Política Nacional de Extensão Universitária

Em maio de 2012, no XXXI Encontro Nacional realizado na cidade de Manaus, o FORPROEX apresentou à sociedade brasileira a Política Nacional de Extensão Universitária norteadas pelo PNEXT.

Apesar do seu caráter regulamentário, a PNEU apresenta a prerrogativa de convivência harmoniosa com o princípio da autonomia universitária, não subtraindo das Universidades Públicas a liberdade de decidir sobre seus programas e ações de extensão universitária específicos (FORPROEX, 2012).

Tendo em vista os desafios para fortalecimento da extensão universitária, logo de início

a Política traz um rol de objetivos já formalizados no PNEXT, e outros contemporâneos ao aproveitamento de novas oportunidades, quais sejam:

- ✓ Reafirmar a Extensão Universitária como processo acadêmico indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- ✓ Conquistar o reconhecimento da extensão universitária integrada a uma nova concepção de Universidade Pública e de seu projeto político-institucional;
- ✓ Contribuir para que a Extensão Universitária seja parte da solução dos grandes problemas sociais do país;
- ✓ Conferir maior unidade aos programas temáticos;
- ✓ Estimular atividades de Extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da Universidade e da sociedade;
- ✓ Criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população;
- ✓ Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos;
- ✓ Defender um financiamento próprio para as ações de extensão;
- ✓ Priorizar práticas voltadas para o atendimento de necessidades Sociais, relacionadas com as áreas de Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho;
- ✓ Estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;
- ✓ Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística;
- ✓ Estimular a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
- ✓ Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de Extensão Universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria Universidade;
- ✓ Valorizar os programas de extensão interinstitucionais;
- ✓ Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana.

O conceito de extensão universitária e as diretrizes pactuadas no âmbito do FORPROEX cumprem papel essencial na orientação da prática extensionista.

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural,

científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Destarte, denota-se a prerrogativa de não somente se constituir enquanto atividade acadêmica, como estabelecido na Constituição Federal através do preceito de indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, mas insere as universidades como elementos da sociedade onde estão inseridas, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de extensão Universitária, pactuadas no FORPROEX de forma ampla e aberta são as seguintes: Interação dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante e Impacto e Transformação Social; tais eixos dispõem de características que combinadas concretizam as considerações abstratas prevista no conceito de extensão da PNEU:

Quadro 3-Diretrizes das ações de extensão com base na PNEU (2012)

(continua)

Interação dialógica	♦ Interação de mão dupla com a sociedade; ♦ Aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento; ♦ Participação efetiva dos atores sociais em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública.
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	♦ Combinação de especializações considerando as complexidades inerentes às áreas de atuação ou aos objetos e objetivos das ações; ♦ Construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.
Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão	♦ Vinculação ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa); ♦ Incorporação de estudantes de pós-graduação em ações extensionistas; ♦ Produção acadêmica a partir de atividades de extensão;
Impacto na Formação do Estudante	♦ Participação do estudante através iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos logrados nas ações de Extensão Universitária.

Quadro 3-Diretrizes das ações de extensão

(conclusão)

Transformação Social	♦ Privilegiamento de questões sobre as quais atuar, sem desconsideração da complexidade e diversidade da realidade social; ♦ Abrangência, de forma que a ação, ou um conjunto de ações, possa ser suficiente para oferecer contribuições relevantes para a transformação da área, setor ou comunidade sobre os quais incide; ♦ Efetividade na solução do problema; ♦ Impactos e transformações da própria universidade.
-----------------------------	--

Fonte: Elaboração própria com base no FORPROEX (2012).

A PNEU também apresenta ações políticas para o fortalecimento da extensão universitária, seja por meio da articulação com os movimentos sociais e setores produtivos, assim como das iniciativas que se referem ao processo de implementação, concluindo que devem ser construídos e normatizados os seguintes aspectos da rotina acadêmica:

- ✓ Processo de aprovação das ações de extensão;
- ✓ Processo de monitoramento e avaliação da extensão, inclusive com definição de indicadores;
- ✓ Formas de financiamento da Extensão Universitária;
- ✓ Programas de bolsa de extensão para estudantes;
- ✓ Formas de participação do estudante nas ações de extensão;
- ✓ Flexibilização curricular;
- ✓ Integralização curricular de créditos em atividades extensionistas;
- ✓ Valorização da participação do docente nas ações extensionistas;
- ✓ Formas de participação de servidores técnico administrativos nas ações extensionistas;
- ✓ Formas de participação da comunidade externa em processos decisórios relacionados com atividades extensionistas específicas.

Do mesmo modo, é legitimada, enquanto ação política, a criação de condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, assim como, para que ela se constitua como organismo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas, legitimando a relação entre a extensão universitária e as políticas públicas, diretamente no âmbito da interação entre Estado, Universidade e Sociedade.

2.2.3. Extensão como instrumento de políticas públicas

As universidades como “locus” privilegiado do saber e do conhecimento devem ser capazes de oferecer aos governos e à sociedade novos e diferentes saberes que proporcionem sua participação na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, também para que ela se constitua como organismo legítimo no acompanhamento da implantação e avaliação das mesmas (PEREIRA, 2013; DINIZ, 2012).

A PNEU, ao considerar a articulação da extensão universitária com as políticas públicas, pauta seu desenvolvimento em três eixos integradores (áreas temáticas, território e grupos populacionais) e oito áreas de atuação (comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho) (FORPROEX, 2012), de modo que as atuações se concentrem nas seguintes áreas prioritárias:

- ✓ Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- ✓ Ampliação da oferta e melhoria da qualidade da educação básica;
- ✓ Melhoria da saúde e da qualidade de vida da população brasileira;
- ✓ Melhoria do atendimento à criança, ao adolescente e ao idoso;
- ✓ Melhoria do programa nacional de educação nas áreas da reforma agrária;
- ✓ Promoção do desenvolvimento cultural, em especial a produção e preservação de bens simbólicos e o ensino das artes;
- ✓ Ampliação e fortalecimento das ações de democratização da ciência;
- ✓ Formação de mão-de-obra, qualificação para o trabalho, reorientação profissional e capacitação de gestores públicos.

Nesse contexto, torna-se necessário que a extensão tenha bem delimitado qual é o seu fim social, uma vez que não deve assumir o papel do Estado, mas ser agente de aprofundamento teórico-prático profissional, de modo que a dicotomia saber/fazer seja superada para evoluirmos do paradigma de assistencialismo (OLIVEIRA, 2004).

Assim, as práticas extensionistas devem efetivamente ser respeitadas como atores ativos no debate sobre as políticas públicas que permeiam sua dimensão de interesse social, e não como meros instrumentos passivos da execução de políticas temporárias governamentais. Oliveira (2004, p.4) ao questionar a face exposta e percebida da Universidade na relação específica com as políticas públicas de assistência social reforça tal condição nos termos que seguem:

A Universidade está tentando suavizar a questão da pobreza, considerando que há uma política pública que não dá conta de sua demanda, tendo em face que a pobreza é estrutural. Mas, está “suavizando” esta situação de que forma? Indo na contramão do que preconiza esta política? Qual o papel do extensionista nestas comunidades: está

levando o aluno para olhar a pobreza para que, sensibilizado, construa-se um cidadão? Mas até que ponto estamos transformando a pobreza em objeto, descolando dela os sujeitos ali implicados em seu processo diário de luta pela sobrevivência? Não basta levar o aluno por um tempo a olhar a pobreza, há que se ter ações continuadas, de caráter efetivo, que realmente cumpram com o papel da Universidade perante a sociedade e perante seu aluno.

Diniz (2012), tomando como fonte de informações documentos do FORPROEX, procurou analisar o desenvolvimento de ações de extensão com foco no atendimento de determinadas demandas sociais, seja na elaboração, monitoramento ou avaliação de políticas públicas. Assim, três aspectos foram considerados: a menção direta ao papel da extensão nesse campo, as questões metodológicas e as estratégias do Fórum para obtenção de financiamento às atividades de extensão.

Uma das primeiras perspectivas tacitamente estabelecida pelo Fórum acerca da participação das universidades na construção da cidadania ocorreu no Plano Nacional de Extensão que sofreu forte influência do Programa Universidade Cidadã com a priorização de ações desenvolvidas sobre a temática de capacitação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas, multiplicadores em municípios situados na linha da pobreza (NOGUEIRA, 2000).

No entanto, conforme Diniz (2012) destacou, subestimado em termos práticos foi o alcance previsto, até então, para a participação das universidades na construção de uma cidadania plena, questionando-se a capacidade de atuação em outras áreas, da mesma maneira na elaboração, acompanhamento, avaliação de políticas públicas, desde que de forma articulada às finalidades da educação superior, sem desviar as universidades de suas finalidades.

Preocupação já reiterada em passagem do Plano Nacional de Extensão quando considera que “a intervenção na realidade não visa levar a universidade a substituir funções de responsabilidade do Estado, mas sim produzir saberes, tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e filosóficos, tornando-os acessíveis à população” (FORPROEX, 2001a, p.2).

Oliveira e Rocha (2010), com o objetivo de entender os fatores de convergência e divergência entre extensão universitária e políticas públicas, ressalta a condição própria da interação do fazer extensionista para além da política pública específica das Instituições de Ensino Superior Públicas, alcançando outras políticas públicas e setores do governo.

Em 2008, o MEC aprovou o Decreto n.º 6.495 que instituiu o Programa de Extensão Universitária (PROEXTE), destinado a apoiar o desenvolvimento de projetos de extensão universitária, com vistas a ampliar sua interação com a sociedade e contribuir para a implementação de políticas públicas.

Incrocci e Andrade (2018) analisaram os resultados do referido Programa entre os anos de 2009 (início do financiamento via Edital) e 2016 (última publicação), com a exceção de 2012, que não houve publicação. Se em 2009 foram 414 projetos aprovados por todo o território brasileiro, em 2015 se atingiu o ápice de 826 aprovações, contra 328 no ano de 2016, declínio que reflete o período de crise econômica e de contenção de gastos públicos. Segundo a pesquisa as áreas de maior expressão em números dos projetos aprovados são apresentadas no quadro que segue:

Quadro 4-Projetos PROEXT /MEC por Linha Temática em % (2009/2016)
(continua)

LINHA DE PROJETO	PROJETOS APROVADOS
Articulação e participação social	30
Tecnologia e inovação para a inclusão social	94
Comunicação	88
Cultura e arte	255
Desenvolvimento agrário	24
Desenvolvimento regional: inclusão produtiva, defesa civil e acesso à água	25
Desenvolvimento rural	189
Desenvolvimento urbano	174
Direitos humanos	148
Educação	549
Educação, desenvolvimento social e saúde	262
Esporte e lazer	91
Garantia dos direitos das mulheres em situação de violência	7
Geração de trabalho e renda por meio da incubação de empreendimentos	221
Gestão cultural, economia da cultura e desenvolvimento das linguagens artísticas	62
Inclusão produtiva e desenvolvimento regional	13
Justiça e direito do indivíduo privado de liberdade	26
Juventude	18
Meio ambiente e recursos naturais	81
Modernização da gestão pública	6
Mulheres e relações de gênero	116
Pesca artesanal e aquicultura familiar	130
Preservação do patrimônio cultural brasileiro	227
Promoção da igualdade racial	79
Promoção da saúde	322
Redução das desigualdades sociais e combate à extrema pobreza	118
Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão produtiva	17
Relação entre Estado e sociedade, promoção da participação social	13

Quadro 4-Projetos PROEXT /MEC por Linha Temática em % (2009/2016)

	(conclusão)
Saúde	116
Tecnologias para o desenvolvimento social	60
Trabalho, emprego e incubação de empreendimentos econômicos solidários.	67

Fonte: Incrocci e Andrade (2018).

O aumento das propostas de projetos de extensão levantados na supracitada pesquisa de Incrocci e Andrade (2018) apresenta a expansão das ações de extensão universitária voltadas para o fortalecimento das políticas públicas, validando a capacidade das universidades em oferecer aos governos e à sociedade as tecnologias, teorias e processos, assim como os profissionais capazes de propulsionar o desenvolvimento social.

2.2.4. Resolução do Conselho Nacional de Educação n.º 7/2018

A Câmara de Educação Superior do CNE aprovou por meio da Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Pela primeira vez na história, materializa-se por meio de um marco legal os princípios e diretrizes que movem a Extensão consolidados no âmbito do FORPROEX há mais de 30 anos.

O documento, proveniente de consensos entres os segmentos público, particular e comunitário da Educação Superior, fundamenta-se na convergência de políticas de Extensão estabelecidas pelos fóruns especializados de extensão, bem como, na Constituição Federal de 1988. A normativa regulamenta ainda a meta 12.7 (assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária) do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período 2014-2024.

Assim, os dispositivos desta Resolução passam a regulamentar as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação como componentes curriculares à formação dos estudantes, legitimamente previstas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios (BRASIL, 2018).

Os PPCs dos cursos passam a ter o dever de assegurar em suas matrizes curriculares, no mínimo 10% da carga horária total em extensão nas áreas de grande pertinência social, de modo que a concepção e a prática das diretrizes da extensão se estruturam nas seguintes premissas:

- ✓ A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- ✓ A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- ✓ A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- ✓ A articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.
- ✓ A contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;
- ✓ O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;
- ✓ A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;
- ✓ A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
- ✓ O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;
- ✓ O apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;
- ✓ A atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Além disso, as instituições devem incluir em seus PDIs a concepção de extensão ajustada às premissas referenciadas, a forma de registro a ser aplicada nas Instituições de Ensino Superior, descrevendo as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas, as estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas

atividades de extensão, a política de implantação do processo autoavaliativo da extensão e as estratégias e os indicadores que serão utilizados, tendo avaliação externa *in loco* do Instituto Anísio Teixeira (INEP) (BRASIL, 2018).

2.3. Avaliação da Extensão Universitária sob a ótica da Gestão de Desempenho

A gestão baseada em resultados reforçou a importância das medidas de desempenho como base instrumental para os processos de diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação das ações governamentais.

Nessa acepção, ao estender esse sentido de gestão para a avaliação da extensão universitária inúmeras possibilidades podem ser atestadas com sua valorização incorporada à imagem da instituição, ao retorno dos recursos públicos aplicados e, principalmente, ao desafio de atender os anseios internos e externos, considerando que a extensão, assim como as demais funções das IPES, não podem prescindir de processos que avaliem o alcance dos resultados.

2.3.1. Gestão e Mensuração do Desempenho Institucional no Serviço Público

A gestão do desempenho constitui um conjunto sistemático de ações que buscam definir os resultados, a capacidade e os esforços necessários para seu alcance, incluindo a definição de uma sistemática de monitoramento e avaliação (BRASIL, 2009).

A mensuração é parte essencial de um modelo de gestão do desempenho capaz de estabelecer:

a) a geração de indicadores em distintas dimensões de esforços e resultados, com diferentes pesos entre estes (uma vez que representam medidas de distintas importâncias); e b) a geração de uma nota para cada indicador (o que requererá não apenas apurar o valor do indicador no ato da medição, mas comparar o valor apurado com um valor- meta, seja correspondente a uma meta propriamente dita, seja correspondente a um benchmark), que expresse uma medida relativa (medida atual em relação a uma medida “ideal”) (BRASIL, 2009, p.10)

Na visão de Bonnefoy e Armijo (2005), os indicadores de desempenho são medidas que descrevem o quão bem eles estão desenvolvendo os objetivos de um projeto de programa e/ou gestão, apontando para uma função descritiva enquanto fornecedor de informações sobre o estado real do desempenho e uma função avaliativa mediante a atribuição de juízo de valor.

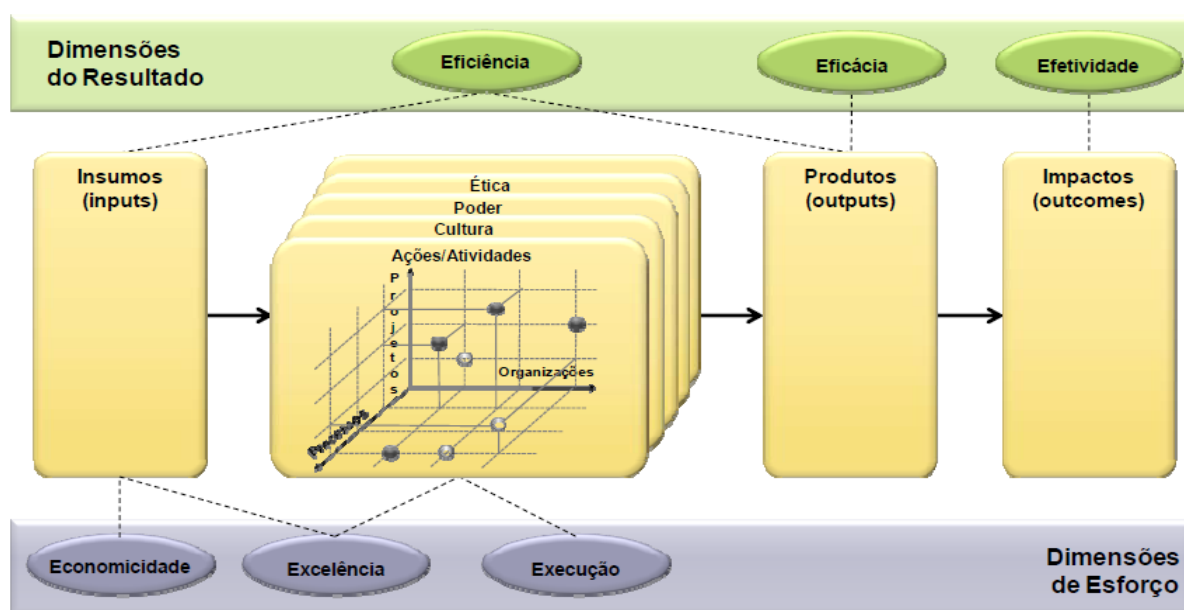
A medição de desempenho situa as organizações diante dos resultados das políticas desenvolvidas, determinando por meio da ação gerencial medidas corretivas pautadas em três iniciativas: não fazer nada, corrigir o desempenho real e revisar o padrão (COSTA, 2012).

A utilização de indicadores de desempenho pelas instituições assume determinadas vantagens (BRASIL, 2000).

- a) Possibilita a avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho global da instituição;
- b) Permite o acompanhamento e a avaliação do desempenho ao longo do tempo e ainda a comparação entre:
 - desempenho anterior x desempenho corrente;
 - desempenho corrente x padrão de comparação;
 - desempenho planejado x desempenho real;
- c) Possibilita enfocar as áreas relevantes do desempenho e expressá-las de forma clara, induzindo um processo de transformações estruturais e funcionais que permite eliminar inconsistências entre a missão institucional, sua estrutura e seus objetivos prioritários;
- d) Melhora o processo de coordenação organizacional, a partir da discussão fundamentada dos resultados e o estabelecimento de compromissos entre os diversos setores.

Nesse sentido, **conforme Figura 1**, indicadores podem ser alinhados à visão de Cadeia de Valor de Porter (1999) que representa a atuação da ação pública desde a obtenção dos recursos até a geração dos impactos provenientes dos produtos/serviços e aos 6Es do desempenho que permitem a construção das definições específicas de indicadores de desempenho para as dimensões dos resultados e dos esforços, além de sugerir o necessário alinhamento entre ambas as perspectivas.

Figura 1–Cadeia de Valor e os 6Es do desempenho



Fonte: Brasil (2009).

Para Bouckaert e Halligan (2008) apesar de reconhecer que a gestão de desempenho desejada deveria alcançar todo o fluxo, chegando ao ponto de avaliar e influenciar a confiança da sociedade em relação ao serviço público ofertado, cada instituição pode avançar gradativamente de acordo com uma meta pré-definida ou pelas limitações impostas pela capacidade organizacional existente.

Nessa vertente, conforme Manual para a Construção de Indicadores, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2009), os indicadores relacionados a Cadeia de Valor e aos 6Es do desempenho devem ser e responder as seguintes perguntas de acordo com sua natureza:

Quadro 5- Categorias de Indicadores Desempenho

CATEGORIAS DE INDICADORES COM BASE NA CADEIA DE VALOR
▪ Insumos: são indicadores que remetem a uma relação direta com a disponibilidade de recursos materiais, financeiros e humanos a serem alocados previamente nas ações . Quais os recursos necessários para gerar produtos/serviços? Quantidade de recursos necessária? ▪ Processos: são medidas que refletem o nível de utilização dos recursos alocados e dos esforços para a obtenção de resultados. Quais são as ações, processos e projetos executados? Tempo médio de ciclo do processo? Qual o custo do processo? ▪ Produto: tratam do alcance das metas físicas através da entrega de produtos e serviços. Quais os produtos/serviços gerados? Quantidade de produtos/serviços? Qualidade do produto/serviço? ▪ Impacto: mede mudanças profundas e duradouras das estratégias governamentais, partindo de um cenário-base de comparação que possibilite uma avaliação <i>ex ante</i> e outra <i>ex post</i> dos benefícios no público-alvo decorrentes das ações empreendidas. Quais mudanças os produtos/serviços trazem para os beneficiários e a sociedade?
CATEGORIAS DE INDICADORES COM BASE NOS 6Es DE DESEMPENHO
▪ Eficiência: revela a relação entre produtos/serviços entregues com o consumo/utilização de recursos, por meio de um padrão ou referencial; acontece quanto maior for o número de outputs entregues com a mesma quantidade de insumos ou com menor quantidade de recursos. As subdimensões podem se referir ao custo-efetividade, produtividade, tempo, custo unitário, custo benefício; ▪ Eficácia: é o nível que representa o atingimento das metas e objetivos planejados de forma a mensurar a qualidade e a quantidade dos produtos/serviços entregues por um determinado sistema (organização, programa, política pública, rede etc.); ▪ Efetividade: são os impactos finais na sociedade gerados pelos produtos e serviços e que refletem os verdadeiros sentidos da transformação social; ▪ Economicidade: são típicos das unidades de suprimentos e visam avaliar a otimização do uso dos recursos necessários às ações que produzirão os resultados planejados. A quantidade, qualidade, acessibilidade, cobertura e riscos são subdimensões a serem avaliadas; ▪ Excelência: é a conformidade a padrões de excelência gerencial, representa a adequação dos projetos, ações e processos aos padrões e requisitos definidos; ▪ Execução: refere-se ao nível de realização financeira e física dos planos, projetos e ações finalísticas ou de suporte.

Fonte: Elaboração própria (2019), baseado em Brasil (2009).

No entanto, a utilização desses indicadores na esfera pública não constitui uma questão pacífica, Leitão (1987) comenta que as críticas à utilização de critérios de eficácia são de diversas naturezas e muitas vezes contundentes, questionando sua validade para instituições de objetivos não-diversificados, como são as empresas privadas. E mais ainda para as universidades, consideradas organizações complexas, de objetivos múltiplos e imprecisos, com forma de governo, estrutura de autoridade e estrutura funcional diferenciadas.

Em uma perspectiva descritiva, Nuernberg et al. (2016) procurou analisar na literatura os indicadores utilizados para avaliar a gestão universitária no período de 1987 a 2015, apontando a utilização de um misto de indicadores nacionais e internacionais agrupados nas dimensões: financeiros, não financeiros, ensino, pesquisa e raros indicadores de extensão. Além do mais, reconheceu-se uma forte carência de indicadores estratégicos para avaliação do alcance das metas estabelecidas pelas universidades.

Particularmente, o processo avaliativo da extensão universitária enquanto parâmetro de avaliação da própria universidade consolidou-se como um dos grandes desafios das deliberações consolidadas desde a criação do FORPROEX, uma vez que, “sem avaliação, a defesa do conceito da extensão passa a ser apenas filosófica, no campo das ideias, e, portanto, sujeita a contestações com a mesma falta de argumentos” (NOGUEIRA, 2013, p.83), reconhecendo assim a necessidade eminente de estabelecer indicadores diagnósticos que disseminem a marginalização das ações extensionistas nos processos de conjuntura acadêmica.

2.3.2. Avaliação da Extensão Universitária

Catani (2001) afirma que a avaliação da educação superior no cenário atual apresenta-se fundamentada em duas concepções distintas: pragmática e emancipatória.

Do ponto de vista pragmático as IES devem desempenhar o papel de agências de serviço e preparação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, o que acentua um modelo de avaliação centrado em instrumentos de regulação e controle que buscam a mensuração dos resultados e produtos, favorecendo o papel do Estado avaliador e controlador.

Sob a ótica emancipatória, a ser considerada em relação às práticas extensionistas, a avaliação assume uma condição formativa indutora do desenvolvimento institucional e da promoção dos atores envolvidos no processo de produção acadêmica, posto que, como reitera Azevedo (2012), supera o mero modelo quantitativo-produtivista de controle e almeja ser um processo emancipatório que promova a compreensão e o desenvolvimento institucional.

Desde 1991, no V Encontro Nacional do FORPROEX ocorrido em São Luís, o FORPROEX registrava a necessidade de se trabalhar o tema avaliação e de se constituir indicadores de avaliação da extensão. Posteriormente, em 1993, o VII Encontro Nacional realizado em Cuiabá teve como tema “Avaliação da Extensão no contexto da Autonomia Universitária”, quando foram estabelecidos enquanto princípios para orientar o processo de avaliação a articulação com o ensino e a pesquisa, as relações entre a comunidade acadêmica e a sociedade no sentido de transformação social.

O XII Encontro Nacional do FORPROEX, acontecido em Brasília em 1997, consolidou nove indicadores quantitativos das ações extensionistas: número de projetos desenvolvidos, público estimado, número de eventos realizados, público beneficiado, tipos de cursos de extensão realizados, número de certificados expedidos, número de produtos elaborados – CDs, vídeos, filmes, cassetes, etc. – prestação de serviço realizado e número de municípios atendidos em ações extensionistas (FORPROEX, 2000).

No ano de 2000, foi criada a CPAE, quando a partir de então, foi construído um referencial teórico para a avaliação da extensão nas Instituições Públicas de Educação Superior de modo a assessorar várias Universidades na discussão interna e na promoção dos debates nacionais nos eventos do FORPROEX.

Dada a importância de se consolidar uma prática extensionista sintonizada com a realidade social, a partir da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa, tal relação processual deve também ser adotada na avaliação, condição que busca corrigir distorções na produção do conhecimento e definir direcionadores de qualidade à luz da eficiência, eficácia e efetividade de todas as atividades e objetivos (NOGUEIRA, 2013).

Quadro 6-Dimensões de resultados direcionadas a uma ação de extensão

EFICIÊNCIA	Qualidade de uma ação sob parâmetros técnicos de custos e de tempo.
EFICÁCIA	Relação entre características e qualidade dos processos e sistemas de implementação e os resultados alcançados.
EFETIVIDADE	Relação entre objetivos/metasp e resultados/efeitos/impactos

Fonte: Elaboração própria (2019), baseado em Nogueira (2013).

Rodrigues (2003) apresenta a avaliação por meio de uma extensão universitária integrada, no sentido de articulação com as atividades de ensino e pesquisa, e responsiva como

instrumento de interação e resposta aos anseios da sociedade mediante um modelo que deve incorporar, tanto a avaliação diagnóstica de como se encontram as ações e produtos, quanto à avaliação formativa, induzindo a necessidade de transformação das atividades.

Entre outros pressupostos, a avaliação da extensão deve refletir a qualidade do que se produz na extensão no contexto interno e externo, ser qualitativa e quantitativa, realizada tanto pela comunidade acadêmica quanto pela sociedade de modo que seus resultados passem a ser considerados no planejamento e na tomada de decisão das instituições.

A principal questão gira em torno da delimitação de padrões que sejam definidos e aceitos pela própria instituição, possibilitando a avaliação como atividade interna e contínua realizada no âmbito das instâncias de gestão.

Dalben e Viana (2008) caracteriza o ato de avaliar apoiado em duas práticas, o autoconhecimento, quando se torna possível enxergar os valores e princípios de um processo avaliativo e a autoanálise, a partir de uma visão das metas políticas e pedagógica próprias da entidade ou da proposta de avaliação.

Vários são os questionamentos que podem nortear a avaliação das práticas extensionistas, Nogueira (2013) traz algumas indagações pertinentes nesse processo: a comunidade externa teve sua situação modificada? Os projetos pedagógicos dos cursos foram afetados por essa ação ao longo do tempo? Os egressos que participaram da ação apresentam uma formação diferenciada dos demais? As linhas de pesquisa foram modificadas após a ação? A ação extensionista considerou as necessidades e os avanços da pesquisa? Até que ponto os projetos que foram desenvolvidos modificam a situação sobre qual se debruça? Quais resultados alcançaram? Eles foram significativos?

Assim, diante das peculiaridades de cada instituição, a avaliação da extensão deve abordar três níveis inter-relacionados: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades de extensão; o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades; os processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão (FORPROEX, 2017).

A CPAE fez um diagnóstico da extensão universitária pública brasileira, definindo que a avaliação da extensão ocorra nas seguintes dimensões que terminará por orientar a seleção dos indicadores (FORPROEX, 2001b; SANTOS et al., 2013):

- ♦ Política de Gestão que busca avaliar a presença da extensão na missão institucional, identificando a existência de órgãos definidores de políticas responsáveis pela implementação de normas e regulamentações, assim como a qualidade da extensão

através da existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação das propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações;

- ♦ Infraestrutura informa sobre disponibilidade de espaços físicos adequados para órgãos/setores de gestão da extensão, estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão, disponibilidade de equipamentos, logística de transportes, sistemas informatizados de apoio à extensão e acompanhamento das metas almejadas;
- ♦ Plano Acadêmico analisa a regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, participação da comunidade acadêmica e externa nas atividades extensionistas;
- ♦ Relação Universidade-Sociedade revela, entre outros aspectos, de que modo às atividades de extensão estão presentes na sociedade e quais seus pressupostos e finalidades no sentido de transformações recíprocas, envolvimento de profissionais, parcerias institucionais, alcance da prestação de contas à sociedade;
- ♦ Produção Acadêmica trata da captação dos produtos resultados da ação da extensão, que elabora e dissemina conhecimento e que, no âmbito universitário, tem o seu valor reconhecido.

Meirelles e Santos (2013) analisam como essencialmente político o universo determinado pela CPAE, e por isso limitado, segundo os autores, essa avaliação não teria condições de entender os processos e resultados de cada ação de extensão, assim como o crescimento de cada um dos atores envolvidos, para que isso aconteça, as dimensões acadêmicas devem ser definidas por cada IES e paulatinamente implantadas no processo avaliativo. Isto posto, uma mesma variável pode ser avaliada em diferentes dimensões e para isso necessitará de diferentes indicadores.

Dentro desse contexto, a PNEU incorpora a extensão universitária no processo de avaliação da educação superior, com definição de indicadores, metodologias e instrumentos, e apoio à implantação de sistemas de informação e gestão informatizados no conjunto das instituições como uma de suas ações estratégicas, necessárias ao desenho e redefinições nas políticas públicas de apoio e fomento de ações acadêmicas no âmbito das agências governamentais, do MEC, e das próprias Instituições de Ensino Superior.

Dalben e Viana (2008) manifestam a singularidade inerente à construção de indicadores para avaliação da extensão, afirmando que ações vinculadas a projetos diferenciados merecem indicadores também distintos e não será qualquer indicador que estará

adequado a todas as ações, porque cada um deles procurará responder a fins contendo metas e objetivos diversos.

As autoras reiteram que para o desenvolvimento das propostas de avaliação com base em indicadores seja desenvolvida é necessário que a área da extensão construa indicadores auditáveis (possíveis de verificação), mensuráveis (valores numéricos) e comparáveis (indicadores únicos ou similares para todas as IES), de modo a conferir legitimidade ao processo.

Além disso, considerando às questões emergentes que caracterizam as metas da extensão universitária, torna-se impossível, e até mesmo destituída de legitimidade, a elaboração de indicadores de qualidade fixos e permanentes, “visto que, pelas próprias diretrizes da extensão, ela não se esgota em atos, mas cria sempre novas possibilidades de atuação podendo provocar a emergência de novos indicadores” (DALBEN; VIANA, 2008, p. 33).

A construção de indicadores pressupõe uma base de referência clara acerca da extensão universitária e das peculiaridades que a distingue dos demais componentes do eixo fundamental das Universidades brasileiras (ensino, pesquisa e extensão), ao mesmo tempo, essencial é o pressuposto de considerar a indissociabilidade nesse processo, de modo que a mensuração concebida por meio de indicadores também possa refletir o nível de articulação com demais áreas acadêmicas e administrativas, possibilitando que a extensão possa se inserir e participar como mais propriedade das discussões que definem o futuro institucional.

2.3.3. Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU)

Em setembro de 2017, o FORPROEX apresentou os resultados da pesquisa Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária com o objetivo de descrever uma base de referência de indicadores de desempenho, capaz de superar o processo meramente de controle ou quantificação de resultados, para uma avaliação qualificada para questionar e analisar os conhecimentos gerados.

Além de consensualizar um conjunto de indicadores, a pesquisa teve como propósito a escolha de indicadores para compor a matriz orçamentária para a extensão universitária da ANDIFES, necessidade provocada pelo FORPLAD, tendo em vista a inexistência de padronização entre os indicadores de extensão nas universidades (FORPROEX, 2017).

Dessa forma, a pesquisa foi desenvolvida por um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) formado pela participação de representantes de 7 instituições, sendo 4 universidades

federais e 3 estaduais, a saber: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) (FORPROEX, 2017).

A coleta de dados da pesquisa IBEU se desenvolveu através da técnica Delphi, tendo em vista a necessidade de superar os entraves decorrentes do número de instituições envolvidas e a inviabilidade operacional e econômica para a realização de reuniões presenciais regulares.

Durante os meses de janeiro a abril de 2016 procurou-se inquirir professores e técnicos das universidades membros do FORPROEX sobre questões relativas a um conjunto de objetivos estratégicos e indicadores relacionados com a gestão e avaliação da extensão universitária.

Como plataforma de interação fez-se o uso do software de apoio *Survey Monke*, mediante a realização de duas consultas via questionários eletrônicos, cujas respostas foram emitidas segundo uma Escala *Likert* de 5 pontos associadas a cada questionamento. O conteúdo do questionário eletrônico utilizado na primeira rodada foi organizado em 3 blocos de perguntas:

- Caracterização da Instituição e do Respondente (6 questões) - envolve dados gerais fornecidos de forma anônima: natureza da instituição, tempo de funcionamento, número de estudantes, região e estado;
- Percepção Conceitual (8 questões) - relacionadas à percepção sobre objetivos estratégicos propostos para extensão e outras questões gerais, os quais supõe-se que as instituições deveriam perseguir visando aprimorar a gestão de desempenho e os resultados na área de extensão;
- Avaliação dos Indicadores – proposta inicial de 58 indicadores agrupados segundo as dimensões de avaliação da extensão universitária consolidadas na PNEU.

Para a apreciação e julgamento foram utilizados os critérios de relevância e mensurabilidade para medição das diferentes atividades de suporte e as ações de extensão: programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço. A relevância considerou a importância da medida relacionada à determinada dimensão. A mensurabilidade o grau que considera ser esta uma medida viável de ser obtida, com precisão e sem ambiguidade (FORPROEX, 2017).

Na primeira rodada da pesquisa, o questionário eletrônico foi enviado para 215 participantes, entres professores e técnicos envolvidos diretamente com ações de extensão universitária, de 75 instituições participantes do FORPROEX. Cada instituição poderia encaminhar até 3 nomes, sendo: 1 gestor (pró-reitor ou equivalente), 1 professor extensionista e 1 técnico-administrativo atuante na extensão.

Em função de dados perdidos (*missing values*), apenas 130 (58%) participações foram consideradas válidas para efeito de análises estatísticas, num total de 65 instituições respondente.

Quadro 7- Nível de participação das IPES ao final da primeira rodada Delphi

Organização das IES	Nº IES membros do FORPROEX	Nº IES respondentes	Representatividade das IES respondentes
Universidades	100	55	55%
Centros Universitários e Faculdades	6	1	17%
Institutos Federais e Centros Federais e Tecnológicos	16	9	56%
Total	122	65	53%

Fonte: FORPROEX (2017).

Para a segunda rodada Delphi considerou-se os itens que atingiram o nível de consenso e incorporada mudanças sugeridas pelos respondentes sobre alterações para otimização de algumas características dos indicadores (nomes, objetivo, unidade de medida, fórmula). O número de questionamentos foi reduzido em mais de 50%, enviado para 153 professores e técnicos que responderam, de forma válida, as consultas anteriores, sendo 23 do teste piloto e 130 da primeira rodada. Foram obtidas 110 respostas válidas (72%) (FORPROEX, 2017).

Ao final das duas rodadas de pesquisa chegou-se ao número final de 16 objetivos estratégicos e 52 indicadores aprovados pelos entrevistados e distribuídos entre cinco dimensões estratégicas: Política de Gestão, Infraestrutura, Plano Acadêmico, Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica.

Quadro 8- Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária

(Continua)

POLÍTICA DE GESTÃO (PG)	PG1: Importância estratégica da extensão universitária
	PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária
	PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão
	PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira
	PG5: Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão

Quadro 8-Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária

(Continuação)

POLÍTICA DE GESTÃO (PG)	PG6: Participação dos servidores da extensão em eventos da área
	PG7: Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela proreitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica
	PG8: Garantia da qualidade na extensão
	PG9: Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos
	PG10: Taxa de conclusão de ações de extensão
	PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão
	PG12: Recursos da extensão captados via edital público externo
	PG13: Recursos da extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados
INFRAESTRUTURA (INFRA)	Infra1: Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão
	Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos de gestão da extensão
	Infra3: Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais
	Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados
	Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo
	Infra6: Logística de transporte de apoio à extensão
	Infra7: Acesso e transparência das ações extensão
	Infra8: Sistemas informatizados de apoio a extensão
PLANO ACADÊMICO (PA)	PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos
	PA2: Nível de inclusão da extensão nos currículos
	PA3: Articulação extensão – ensino
	PA4: Articulação extensão – pesquisa
	PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa
	PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão
	PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante
	PA8: Participação de docentes na extensão
	PA9: Participação de técnicos-administrativos na extensão
RELAÇÃO UNIVERSIDADE - SOCIEDADE (RUS)	RUS1: Representação da sociedade na IPES
	RUS2: Parcerias interinstitucionais
	RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES
	RUS4: Representação oficial da IPES junto à sociedade civil
	RUS5: Meios de comunicação com a sociedade
	RUS6: Alcance da Prestação de Contas à Sociedade
	RUS7: Público alcançado por programas e projetos
	RUS08: Público alcançado por cursos e eventos
	RUS9: Público alcançado por atividades de prestação de serviço
	RUS10: Ações de extensão dirigidas às escolas públicas
	RSU11: Professores da rede pública atendidos por cursos de formação continuada

	RUS12: Inclusão de população vulnerável nas ações
--	---

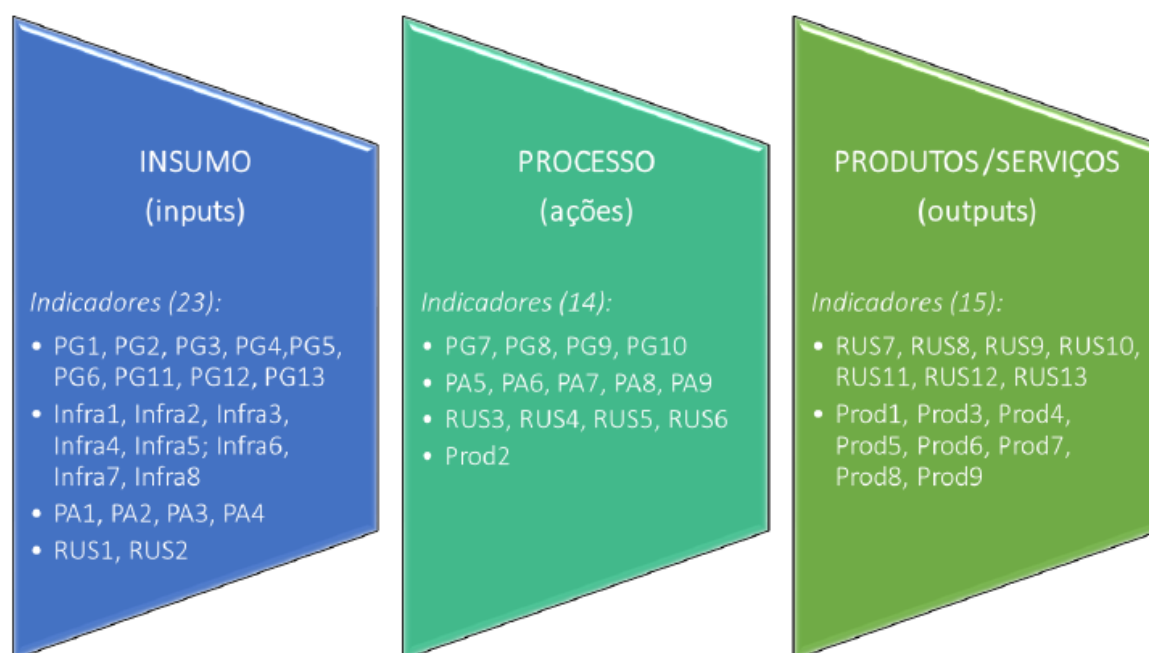
Quadro 8-Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária
(Conclusão)

PRODUÇÃO ACADÊMICA (PROD)	Prod1: Ações de extensão desenvolvidas por modalidade
	Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão
	Prod3: Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão
	Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão
	Prod5: Comunicações em eventos com base em resultados da extensão
	Prod6: Produções audiovisuais
	Prod7: Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros)
	Prod8: Empreendimentos graduados em incubadoras
	Prod9: Cooperativas populares graduadas em incubadoras

Fonte: FORPROEX (2017).

Dessa forma, em consonância com a visão de cadeia de valor, a pesquisa IBEU enquadrhou o conjunto dos indicadores considerando as atividades primárias, sem contemplar a avaliação dos impactos. Do conjunto de indicadores aprovados, 23 são de “insumo”, usados para avaliar capacidade instalada; 14 são indicadores de processamento para medir eficiência; e 15 são indicadores de resultado que se voltam para avaliar eficácia.

Figura 2-IBEU alinhados à cadeia de valor



Fonte: FORPROEX (2017).

Dadas as peculiaridades existentes em cada instituição, a pesquisa não procurou desenvolver uma base automática a ser implementada de forma absoluta por todas as instituições, mas impelir o desenvolvimento de um processo contínuo, podendo ser utilizados de forma parcial ou adaptada como parte da avaliação institucional e do fortalecimento da extensão.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipologia da pesquisa

Diante dos níveis da pesquisa, pode-se considerá-la exploratória de caráter descritivo, tendo em vista o delineamento das relações entre as variáveis.

A pesquisa exploratória é usada em circunstâncias nas quais é necessário definir o problema com maior precisão e identificar cursos relevantes de ação ou obter dados adicionais antes que se possa desenvolver uma abordagem (MALHOTA, 2001).

A visão descritiva buscou situar as características que se relacionam com o *modus operandi* da extensão universitária no âmbito da UFAL e sua relação com as instruções definidas na PNEU e demais orientações normativas acerca do processo de institucionalização e avaliação, igualmente as condições para implementação de um conjunto de indicadores em tal dimensão institucional.

Para responder a questão de pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa norteadas por interpretações subjetivas e lógicas que ampliaram o entendimento aprofundado dos dados coletados e embasaram de forma racional as análises e conclusões, prevendo que não houve, nesse trajeto “a necessidade nem a preocupação em registrar frequências relacionadas com o fenômeno, o que se buscou foi um envolvimento ativo construtivo em todo o processo de pesquisa, desde a formulação da questão de pesquisa até as análises dos achados” (GOMES; ARAÚJO, 2005, p.7).

Expostas as características que tipificam a pesquisa, tem-se como estratégica a utilização do estudo de caso em uma unidade específica, neste enquadramento a UFAL, tendo como objeto de estudo sua política de extensão universitária.

Fonseca (2002) caracteriza um estudo de caso a partir da intenção colocada sobre o pesquisador em não intervir sobre o objeto de estudo, mas revelá-lo como ele o percebe, de acordo com uma perspectiva interpretativa do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo sob o ponto de vista do investigador.

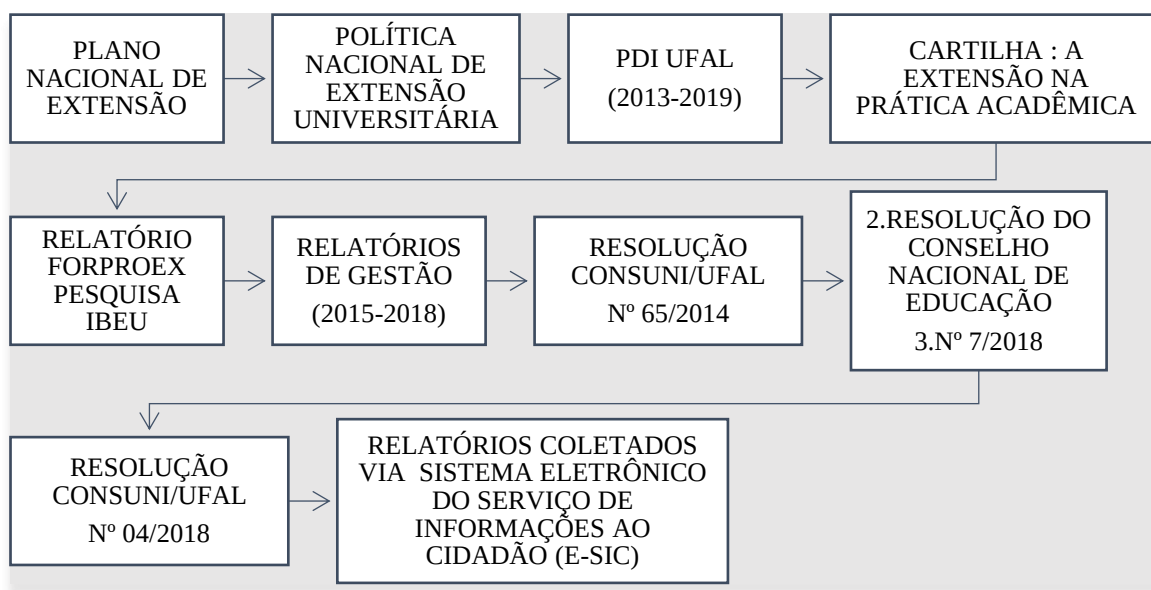
3.2. Coleta e análise dos dados

De acordo com as características do estudo, quanto ao procedimento foi utilizada a técnica de análise documental onde se buscou extrair sentido e interpretações de informações brutas que não receberam nenhum ou pouco tratamento analítico, compreendendo que “essas operações buscam elucidar o conteúdo expresso nos documentos escolhidos para o corpus da

pesquisa, de forma que contextualize os assuntos em busca de se inscrever em um status científico” (JUNIOR et al., 2017, p.141).

Visando o potencial informativo para a construção de evidências dos registros, a presente pesquisa valeu-se da coleta de dados nos documentos oficiais de base nacional sobre extensão universitária e nos documentos oficiais da UFAL que incorporam a missão extensionista, conforme percurso que segue:

Figura 3- Relação dos documentos analisados na pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base nos dados da pesquisa.

A coleta de dados por consultas realizadas através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (E-SIC), respaldadas pelo direito constitucional de acesso às informações públicas, veio complementar à compreensão das informações dos documentos institucionais divulgados.

Quadro 9 - Relação de solicitações de informações tramitadas via E-SIC

(Continua)

PROTOCOLO DE SOLICITAÇÕES E-SIC	DETALHAMENTO
23480002923201964	Diante da inexistência do Porta de dados abertos da UFAL que tornem públicos tais dados por outras universidades usuárias Sistema Acadêmico e Administrativo), solicito do NTI os dados brutos das ações cadastradas no módulo extensão durante o período de 2015-2018
23480003331201960	Solicito a relação do quantitativo de alunos matriculados em cada curso do Programa Casa de Cultura (no Campus e no Espaço Cultural) da Faculdade de Letras (FALE) durante o ano de 2018.

**Quadro 9 - Relação de solicitações de informações tramitadas via E-SIC
(Conclusão)**

23480003332201912	Solicito ao PROGRAMA CAPACITASUAS da Faculdade de Serviço Social (FSSO), a relação com quantitativo de cursos, participantes e local de realização, realizados entre 2017-2018.
23480003436201919	Solicito informações sobre o número de cursos de capacitação do Módulo Extensão, bem como o total de participantes e respectivos locais de realização durante o período de 2016-2018.

Fonte: E-SIC (2019).

Coletados os dados através da técnica de análise documental, os mesmos foram analisados por intermédio da metodologia de análise de conteúdo que alcançou popularidade a partir de Bardin (1977), retomando a consideração feita por Richardson et al. (1999) que define análise de documentos como uma das técnicas da análise de conteúdo.

A definição da análise de conteúdo pode ser concebida de diferentes formas, a depender da vertente teórica e a intencionalidade do pesquisador que a desenvolve, seja adotando conceitos relacionados à semântica estatística do discurso, ou ainda, visando às interpretações e inferências por meio da identificação objetiva de características das mensagens (SILVA; FOSSÁ, 2013).

Sintetizando, a condução da análise dos dados abrangeu as seguintes etapas para dar significação aos dados coletados:

- a) Leitura geral dos documentos de modo a identificar os dados inerentes ao objeto de estudo acerca do processo de avaliação da política de extensão universitária;
- b) Exploração do material através de codificação para formulação de categorias de análise, utilizando como principal referencial teórico o relatório IBEU desenvolvido pelo FORPROEX e as indicações trazidas pela leitura geral;
- c) Sistematização das categorias temáticas utilizando o referencial teórico cerne da pesquisa, resultando na categorização a partir dimensões de avaliação que caracterizam a extensão universitária: Política de Gestão, Infraestrutura, Plano Acadêmico, Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica. A formulação dessas categorias seguiu os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza) (SILVA; FOSSÁ, 2013);
- d) Inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Política de Gestão

A Política de Gestão contida nas finalidades, objetivos, fomento e atribuições da extensão, bem como seus instrumentos de ação denunciam se a missão da instituição incorpora a função extensionista.

Na UFAL, o PDI (2013-2019) é o documento que traduz a missão e o planejamento estratégico a partir de ações institucionais e políticas pedagógicas centradas no propósito de “formar continuamente competências por meio da produção, multiplicação e recriação dos saberes coletivos e do diálogo com a sociedade” (UFAL, 2013, p.18).

Os princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição incorporam o papel da extensão na abertura da Universidade ao meio externo, constituindo-se numa importante referência para a dinâmica da relação professor-aluno e no desenho para o processo de articulação com o ensino e a pesquisa, interdisciplinaridade e responsabilidade social, conforme diretrizes pactuadas na PNEU.

As dimensões estratégicas definidas para a extensão na UFAL, enquanto compromissos prioritários para os processos de planejamento, execução e avaliação, são as seguintes: a) formação acadêmica; b) produção de conhecimento; c) interação com a sociedade e d) produção, preservação e difusão cultural (UFAL, 2013).

A partir de uma perspectiva de aprendizagem e crescimento, a presença da extensão na definição da missão da Universidade pode ser analisada como fundamento para fortalecer sua importância estratégica na instituição, viabilizando a aplicação qualitativa binária (sim ou não) do indicador PG1: Importância estratégica da extensão universitária.

No entanto, apesar da extensão estar incorporada no nível estratégico e as metas relativas à dimensão da extensão existirem, não foram explanadas a descrição das ações, indicadores e métricas para acompanhamento, o que remete a uma problemática em termos de gestão e produção de conhecimento provocada pela impossibilidade de avaliação à luz da eficiência, eficácia e efetividade, uma vez que, se tem posto aquilo que pretende atingir de forma específica, mas não as ações que culminarão no atendimento aos respectivos objetivos estratégicos.

Essa ponderação sinaliza para a necessidade de elaboração de um planejamento para a política de extensão nos próximos anos capaz de se valer de metas, ações e da implementação indicadores de desempenho, a partir de uma perspectiva que aponta para uma função descritiva

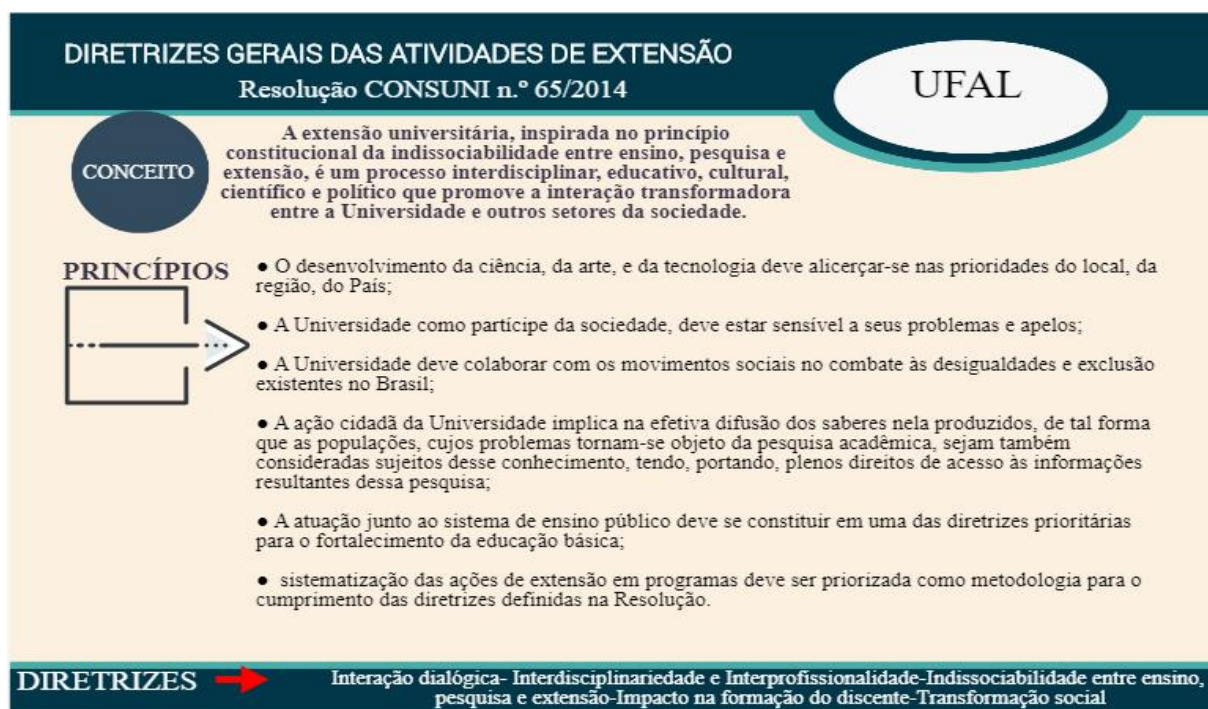
sobre o estado real do desempenho e uma função avaliativa na otimização do processo de coordenação organizacional através da discussão fundamentada dos resultados.

Os indicadores da pesquisa IBEU se constituem como uma base de referência sólida a ser considerada nesse processo de planejamento estratégico através de um sentido de gestão pautada na avaliação do desempenho por dimensões.

Ainda relativo a Política de Gestão, no que tange a valorização da prática extensionista, a promoção da carreira dos servidores e a participação de servidores em capacitações, denota-se que a Resolução nº 61/2010-CONSUNI/UFAL que regulamenta procedimentos para a progressão da carreira docente e a Lei n.º 11.091/2005 que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos possibilitam a existência de elementos para subsidiar a implementação dos indicadores IBEU: PG4, PG5, PG6 e PG7.

Em relação às diretrizes gerais relativas às atividades de extensão no âmbito da UFAL, a Resolução n.º 65/2014-CONSUNI/UFAL apresenta as principais disposições (**Figura 4**):

Figura 4-Preceitos da Resolução n.º 65/2014-CONSUNI/UFAL



Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base na Resolução CONSUNI nº 65/2014 (UFAL, 2014).

Segundo o disposto nessa Resolução, as atividades de extensão devem ser organizadas em programas, estes se constituem um conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, que possuem caráter orgânico-institucional, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo, preferencialmente, integrando às

ações de pesquisa e de ensino, podendo ser de cooperação institucional, induzidos pela Pró-Reitoria ou institucionalizados nas Unidades Acadêmicas (UFAL, 2014).

Essencialmente, tal normativo reproduz internamente as orientações estabelecidas no PNEXT e na PNEU, principalmente nas funções acadêmica, política e social atribuídas à extensão, permitindo a presença de elementos para avaliar a existência de órgãos definidores da política interna de extensão (indicador PG2), de instrumento formal para avaliação das propostas (indicador PG3) e a institucionalização e acompanhamento das ações de extensão (indicadores PG8, PG9 e PG10),

A sustentabilidade e ampliação dos recursos orçamentários voltados para as práticas extensionistas são percebidas como os maiores desafios da dimensão Política de Gestão na UFAL. Considerando a capacidade de mensuração, os Relatórios de Gestão apresentam somente os montantes destinados à extensão acumulados na concessão de bolsas (**Tabela 1**):

Tabela 1 - Concessões de bolsas de extensão (2015-2018)

BOLSAS	2015	2016	2017	2018
BET	167.200,00	169.050,00	59.600,00	52.400,00
Conexões (bolsistas)	70.400,00	79.200,00	101.200,00	96.400,00
Conexões (tutores)	67.200,00	40.000,00		
Ôde Ayé	14.400,00			
Orquestra	489.880,00	454.200,00	173.050,00	133.200,00
CORUFAL	35.200,00	93.600,00	112.400,00	116.800,00
PIBIP-Ação	306.400,00			
PROINART	70.400,00	152.200,00	200.800,00	122.000,00
PRO-EXTENSAO	141.200,00	50.400,00	-	-
PROJETO INCLUIR	24.600,00	-	-	-
Casa de Cultura no Campus	-	102.000,00	150.800,00	102.400,00
Casa de Cultura no Espaço Cultural	-	64.800,00	147.600,00	140.800,00
EDITAL NEAB	-	35.600,00	105.200,00	54.000,00
EDITAL PROCCAEXT	-	594.400,00	830.400,00	473.200,00
Corpo Cênico	-	19.200,00	39.020,00	54.800,00
Programa Cultura Corporal e Saúde	-	11.600,00	46.800,00	59.200,00
PAESPE	-	19.200,00	55.600,00	61.600,00
Núcleo de Memória	-	7.600,00	17.600,00	17.600,00
Equipamentos Culturais	-	98.400,00	199.200,00	204.800,00
TOTAL PAGO	1.386.880,00	1.991.450,00	2.239.270,00	1.689.200,00

Fonte: Sistema Integrado de Informação Financeira (SIAFI) (2019).

Essa deficiência gerencial, decorrente dos orçamentos genéricos consultados nos relatórios, limitando somente a sistematização dos recursos alocados para as despesas com bolsas, não ampliando o detalhamento dos recursos internos e externos destinados às atividades extensionistas, apesar de contribuir para a implementação do indicador PA7 que visa avaliar o

quantitativo de bolsas de extensão em relação ao total de bolsas concedidas, torna inexecutável as implementações de três indicadores da dimensão Política de Gestão:

- PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão;
- PG12: Recursos da extensão captados via edital público externo; apesar dos últimos anos haver registros de projetos aprovados em editais externos, principalmente no PROEXT/MEC/SESU, não há gerenciamento desses recursos, dadas as peculiaridades e os prazos para execução, o que tem provocado constantes devoluções de recursos;
- PG13: Recursos da extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados; não há sistematização para a institucionalização dessa modalidade de ação.

O que se observa é que a implantação de uma Política de Gestão de Gastos capaz de apropriar custos e despesas especificamente entre as atividades fins e apoio se faz necessária como instrumento gerencial para aperfeiçoar a gestão dos recursos públicos, aprimorar a governança e a gestão da UFAL, bem como fomentar a transparência e avaliar a capacidade institucional para captação de recursos.

4.2. Infraestrutura

A dimensão infraestrutura informa sobre as condições físicas e gerenciais reais de realização da extensão e sobre as possibilidades de se consolidarem as metas almejadas (FORPROEX, 2017).

Nesse aspecto, a PROEX é o órgão de apoio administrativo e acadêmico ligada ao Gabinete da Reitoria e tem como competência propor políticas e coordenar a viabilização da extensão, dispondo de duas coordenações para o desempenho de suas funções:

- A Coordenadoria de Programas de Extensão (COPEX) com atuação em atividades, programas e projetos específicos na articulação da política de extensão de cada Unidade Acadêmica junto aos grupos e movimentos sociais;
- A Coordenadoria de Assuntos Culturais (CAC) competência na produção e consumo de bens culturais não só da comunidade acadêmica, como também em meio à população do Estado (UFAL, 2006).

Além dessas, estão administrativamente ligados à PROEX os seguintes órgãos e núcleos temáticos: Espaço Cultural Universitário Salomão de Barros Lima, Usina Ciência,

Pinacoteca, Museu Théo Brandão, Museu de História Natural, Projeto Abí axé egbé, Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB).

Nas Unidades Acadêmicas as Coordenações de Extensão assumem o papel de órgão de apoio para a implementação de políticas de extensão articuladas ao ensino e à pesquisa.

Com função legítima de controle e acompanhamento das atividades de extensão, o Comitê Assessor de Extensão passa a ter o encargo de assessorar a PROEX, articulando, fomentando e avaliando as ações de extensão no âmbito de cada Unidade Acadêmica/Campus Fora de Sede.

A partir da estrutura administrativa que subsidia a extensão universitária na UFAL, apresenta-se a possibilidade de avaliar quantitativamente, mediante indicadores da pesquisa IBEU, a existência de espaço físico para gestão da extensão (Infra1) e a estrutura de pessoal (Infra2), e qualitativamente a disponibilidade de equipamentos (Infra3), de espaços esportivos (Infra4), apoio ao empreendedorismo (Infra5).

No que se refere a infraestrutura de sistema, com a publicação da Portaria n.º 650/2015- Gabinete da Reitoria/UFAL estabeleceu-se a regulamentação do módulo Extensão do SIGAA, indicando elemento para se avaliar qualitativamente (sim ou não) a existência de sistemas informatizados de apoio à extensão (Indicador Infra7), bem como o acesso e transparência das ações de extensão (Indicador Infra8).

O Manual de extensão para o docente incluído no Manual dos Sistemas da UFAL, disponibilizado pelo Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), traz as principais instruções e ferramentas necessárias para o gerenciamento das ações de extensão.

Para submeter determinada proposta de ação de extensão e enviar os relatórios finais das atividades, o usuário deverá escolher o tipo e consequentemente preencher uma sequência informações primárias que comporão o banco de dados do sistema (**Quadro 10**):

Quadro 10-Dados para submissão de ações e relatórios no SIGAA/Módulo Extensão

Título	Unidades Envolvidas	Categoria	Período
Unidade proponente	Público alvo externo	Área do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)	Área principal
Público alvo interno	Linha de extensão	Município-Bairro-Espaço de realização	Resumo
Referência	Metodologia	Fundamentação Teórica	Justificativa
Objetivos/Atividades	Membros da equipe	Plano de trabalho	Dificuldades

Fonte: Elaborado pela autora (2019) com base no Manual de Extensão para Docentes (UFAL, 2016d).

Analisando as informações exigidas pelo sistema, percebe-se que, embora a natureza das ações atenda a inter-relação com o ensino e a pesquisa, não há uma sistematização para avaliar as contribuições geradas a partir da relação dialógica universidade e demais setores da sociedade, materializadas em novas linhas de pesquisa, mudanças curriculares, novas metodologias, etc.

Tal entrave torna inexecutável as implementações dos indicadores no que se refere a articulação com as atividades de ensino e pesquisa (PA3, PA4, PA5).

A mesma deficiência sistêmica comete elementos para avaliação da relação universidade-sociedade e a produção acadêmica, limitando as condições para a implementação dos indicadores que objetivam identificar o público alcançado pelas prestações de serviços (RUS9), as ações dirigidas às escolas públicas (RUS10), professores atendidos por formação continuada (RUS11) e o grau de comprometimento social com as populações em situação de vulnerabilidade social (RUS12), empreendimentos graduados em incubadoras (Prod8) e cooperativas graduadas em incubadoras (Prod9).

Ademais, considerando que tanto o Manual disponibilizado pelo NTI, quanto à consulta pública não informam os relatórios gerados a partir do banco de dados do sistema, foi solicitado à PROEX a aba com as informações acessadas pelo usuário com perfil gestor de extensão do Módulo Extensão (**Figura 5**) :

Figura 5-Aba Relatórios – Perfil Gestor de Extensão SIGAA/Módulo Extensão

Relatórios Gerais ☒ Relatório Nominal do Total de Membros por Tipo ☒ Relatório Nominal do Total de Discentes de Extensão por Tipo ☒ Relatório Nominal de Ações por Localidade ☒ Relatório das Ações que Receberam Financiamento Interno (PROEX)/Financiamento Externo ☒ Relatório das Ações por Local de Realização Relatórios (INEP) ☒ Número Total de Programas e seus Respectivos Projetos Vinculados ☒ Número Total de Projetos não-Vinculados, Público Atendido e Pessoas Envolvidas na Execução, Segundo a Área Temática ☒ Número Total de Cursos, Total de Carga Horária, Concluintes e Ministrantes em Curso de Extensão Presencial, Segundo a área de Conhecimento CNPq ☒ Número Total de Eventos Desenvolvidos, por Tipo de Evento e Público Participante, Segundo Área Temática de Extensão Discentes de Extensão ☒ Dados Bancários de Discentes de Extensão ☒ Relatório de todos os projetos de extensão que não cadastraram planos de trabalho de seus alunos ou sem planos de trabalho ☒ Situação Social dos Bolsistas	Relatórios Quantitativos ☒ Total de Ações e Participantes Ativos por Área Temática ☒ Total de Ações de Extensão que Concorreram a Editais Públicos ☒ Total de Discentes Ativos por Nível e Vínculo ☒ Total de Discentes Ativos por Nível de Ensino ☒ Total de Discentes com Planos de Trabalho ☒ Total de Discentes com Planos de Trabalho Participantes de Ações de Extensão ☒ Total de Discentes como membros da equipe ☒ Total de Discentes das Equipes dos Projetos Participantes de Ações de Extensão ☒ Total de Docentes Participantes de Ações de Extensão ☒ Total de Docentes por Nível ☒ Total de Docentes por Tipo de Ação ☒ Total de Participantes Externos por Tipo de Ação ☒ Total de Produtos Ativos por Área Temática ☒ Total de Público Atingido com Base nos Relatórios Submetidos ☒ Total de Público Estimado x Público Atingido ☒ Total de Técnicos Admin. por Tipo de Ação ☒ Total de Ações de Extensões, por Modalidade
---	--

Fonte: PROEX via E-SIC (2019).

Assim sendo, analisando o banco de dados associado ao sistema de registro de ações SIGAA/Módulo Extensão na UFAL, percebe-se sua potencialidade como um instrumento para implantação da avaliação de processos e consequentemente para a concepção de indicadores capazes de medir o nível de utilização dos recursos alocados e dos esforços para a obtenção de resultados (BRASIL, 2009).

No entanto, esta lógica não concebe um cenário adequado, tendo em vista que o banco de dados ideal é construído para possibilitar a avaliação, e não o contrário, a avaliação ser restrita às informações existentes tanto em termos de quantidade como de qualidade.

A tendência natural desse arranjo é inviabilizar a avaliação de efetividade e de impacto e, muitas vezes, a avaliação de eficácia, visto que os registros são concebidos e os dados correspondentes coletados de forma não relacional e intencional.

Uma outra limitação observada na Política de Extensão da UFAL relativa à dimensão infraestrutura diz respeito a não sistematização do atendimento às demandas de transportes para as ações de extensão, inviabilizando a implementação do indicador Infra6 - Logística de transporte de apoio à extensão.

Embora haja uma rotina de requisições de transportes lançadas no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), não há uma estruturação para detalhar as naturezas dessas atividades, condição gerencial indispensável para a Universidade avaliar a capacidade de atendimento e o volume dos gastos com transportes voltados tanto para a extensão, quanto para as demais atividades finalísticas (ensino e pesquisa) e atividades de apoio.

4.3.Plano Acadêmico

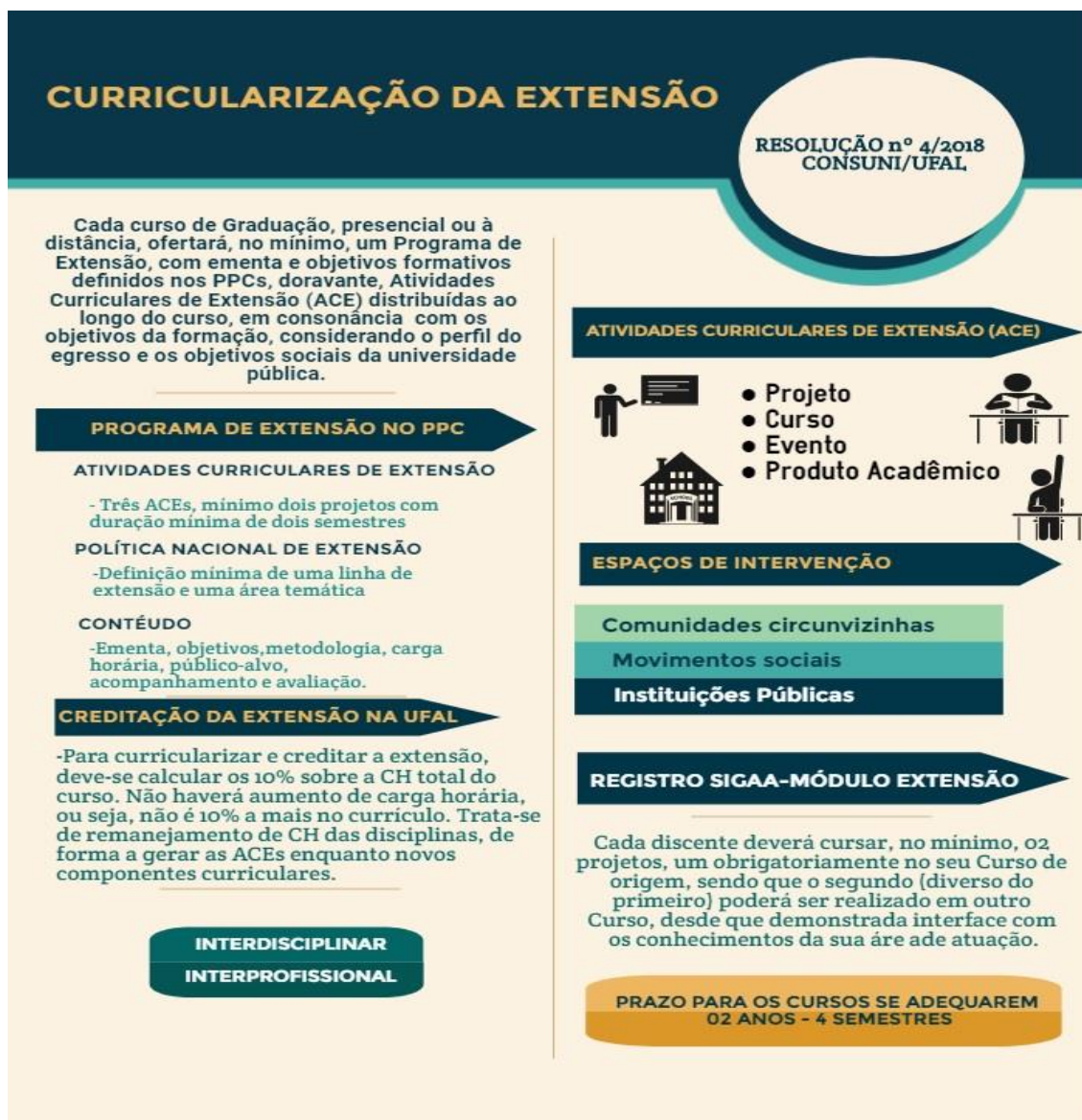
A Resolução nº. 04/2018-CONSUNI/UFAL regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos PPCs de graduação em cumprimento da Meta 12.7 do PNE que tem como objetivo assegurar no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para os cursos de graduação em programas e projetos de extensão universitária em áreas de grande pertinência social, o que possibilita a validação dos indicadores PA1 e PA2 para identificar a existência da regulamentação e o nível de inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.

Depreende-se que a curricularização vislumbra garantir o atendimento aos aspectos da rotina acadêmica normatizados pela PNEU mediante a integralização curricular de créditos em atividades extensionistas, tornando a relação dialógica entre universidade e sociedade não

apenas premente, mas contínua, principalmente na troca de saberes entre a academia e membros da comunidade externa.

Os principais aspectos da supracitada Resolução foram percebidos e compilados na **Figura 6:**

Figura 6-Curricularização da Extensão na UFAL



Fonte : Elaborada pela autora (2019) conforme Resolução nº. 4/2018-CONSUNI/UFAL.

Apurou-se a escolha do formato programa para curricularizar a extensão por ser uma modalidade institucionalizada passível de registro e por definição, quem articula diferentes ações de extensão com um objetivo comum e em longo prazo (duração do curso de graduação).

Em síntese, o que importa é que os programas e suas respectivas Atividades Curriculares de Extensão (ACEs) coloquem em ênfase a relação dos estudantes com as comunidades/movimentos sociais/instituições públicas, enquanto prerrogativa para apropriação

do conhecimento específico de cada área, multiplicando as experiências desenvolvidas por meio de ações extensionistas.

Vislumbra-se garantir, não apenas de forma premente, mas contínua, a relação dialógica entre universidade e sociedade e o desenvolvimento do aspecto pedagógico-formativo da extensão nos cursos de formação da UFAL, além da institucionalização de uma política de financiamento para tal fim, até o momento inexistente em se tratando da matriz de distribuição de recursos orçamentários.

Observando que, para tanto, haja um incremento no nível de participação de docentes, técnicos e discentes nas ações de extensão universitária, avaliadas quantitativamente a partir dos relatórios do módulo extensão, condição que torna realizável de imediato a implementação dos indicadores : PA6, PA7,PA8, PA9 que têm como objetivo identificar o nível de participação da comunidade acadêmica nas ações de extensão.

Os dados apresentados no Relatório de Gestão (UFAL, 2019) denotam que 66,33% dos cursos de graduação necessitam incluir e aprovar a metodologia de curricularização em seus PPCs.

4.4.Relação Universidade-Sociedade

Analisar como as ações de extensão estão presentes na sociedade, quais seus pressupostos e finalidades e como a UFAL interage no sentido de transformações recíprocas é condição basilar para apresentar o alcance de tal dimensão extra muros.

Primeiramente, no que diz respeito identificação de representantes da sociedade civil nas instâncias deliberativas da Universidade, sistematicamente esse controle é realizado pela Secretaria dos Conselhos Superiores (SECS) que viabiliza dados para implementação qualitativa (sim ou não) do indicador RUS1- Representação da sociedade nas IPES.

Circunstância distinta ocorre com a inexistência de organização das informações para subsidiar a aplicação do indicador RUS4 que se propõe a avaliar o efetivo nível de representação da Universidade em entidades da sociedade civil.

Já no que concerne a instrumentalização e promoção da relação universidade-sociedade, a Resolução nº. 65/2014-CONSUNI/UFAL define que os programas devem ser priorizados como metodologia para o cumprimento das diretrizes de impacto, interação social dialógica e construção de parcerias, interdisciplinaridade e integração ensino/pesquisa.

Assim, auferiu-se que os programas institucionalizados e induzidos pela PROEX através de editais internos são os seguintes:

- **Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (PROCCAEXT)**- a concepção apresentada ao programa preconiza pela formação de círculos comunitários direcionando seus objetivos aos projetos do interior do programa, os círculos são caracterizados como grupos orgânicos compostos por professores, técnicos administrativos, estudantes e pessoas das comunidades, cujo objetivo principal é construir um regime de cooperação entre a universidade e as comunidades, através de atividades de caráter interdisciplinar, solidárias, e socialmente úteis, que articulem o conhecimento acadêmico-cultural-científico-tecnológico, abordados no ensino e na pesquisa, com os conhecimentos construídos pelas comunidades (UFAL, 2016a);
- **Programa de Iniciação artística (PROINART)** - tem como objetivo instituir uma programação cultural permanente na Universidade, garantindo à comunidade acadêmica e aos demais segmentos de público o direito à fruição de produções artístico-culturais, visando contribuir com as Diretrizes e Bases da Educação Superior e o Plano Nacional de Cultura. Denota-se como essência o desenvolvimento de atividades que contemplam a criação e a difusão de produções e performances artísticas nas áreas de música, artes cênicas, literatura e artes visuais, de modo a garantir à comunidade acadêmica e demais segmentos de público o acesso e a fruição de bens artístico-culturais, contribuindo para a formação humanística dos sujeitos e a difusão do conhecimento (UFAL, 2016b);
- **Programa de ações afirmativas Zumbi e maninha Xukuru-kariri** - lançado em 2016 pela PROEX em parceria com o NEAB desenvolve intervenções na sociedade alagoana a fim de promover ações de conscientização acerca do respeito a essas comunidades diferenciadas, visando à redução das desigualdades e invisibilidades étnico-raciais (afro-brasileiras e indígenas) sumarizadas nas estatísticas atuais (UFAL, 2016c);
- **Programa de Apoio aos Estudantes das Escolas Públicas do Estado (PAESPE)**-as atividades do PAESPE buscam aproximar os alunos à realidade da UFAL, motivando-os para o ingresso no ensino superior. O Programa é composto pelos projetos PAESPE, PAESPE JÚNIOR e o Curso de Informática para jovens e adultos da comunidade externa. Além das aulas, os alunos participam de atividades multidisciplinares, como: palestras, oficinas, tutorias e visitas técnicas;
- **Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CAPACITASUAS)** - iniciou suas atividades em Alagoas no ano de 2017, quando foi realizada a contratação da UFAL por parte do Governo do Estado de Alagoas através da mediação da Fundação Universitária de desenvolvimento de extensão e pesquisa (FUNDEPES). O Programa, da Secretaria Estadual de

Desenvolvimento Social, por meio da Superintendência de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) contou com a coordenação da Faculdade de Serviço Social (FSSO) com o apoio da PROEX/UFAL;

- **Programa Casas de Cultura** - visa contribuir na formação cidadã e acadêmica por meio do ensino-aprendizagem da língua materna ou de uma língua estrangeira moderna, tendo como objetivo o foco formativo para os discentes dos cursos de Letras, uma vez que estes atuam como monitores das turmas e estão sob a orientação dos professores das casas, a gratuidade de todos os cursos e a destinação das vagas prioritariamente para estudantes oriundos de escolas públicas, e em seguida para estudantes e servidores da própria UFAL.

A partir dessa organização institucional percebida a partir do objetivo principal de fortalecer a formação acadêmico-cultural e científico-tecnológica através da relação entre a universidade e as comunidades do seu entorno, além da atual infraestrutura de sistema (tratada no tópico 4.2) e os mecanismos utilizados para prestar contas à sociedade das atividades e resultados dos programas (relatórios de atividades, relatórios de gestão), oportuniza-se a implementação imediata dos indicadores:

- RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão;
- RUS5: Meios de comunicação com a sociedade;
- RUS6: Alcance da prestação de contas à sociedade;
- RUS7: Público alcançado por programas e projetos;
- RUS8: Público alcançado por cursos e eventos;
- RUS13: Municípios atendidos por ações de extensão.

No entanto, fundamentada na análise realizada sobre a prática da organização das ações de extensão em programas na UFAL, avalia-se uma lacuna a ser superada nesse processo em decorrência da inexistência de metodologias que monitorem diretamente a melhoria das condições sociais da comunidade externa, atribuindo essa melhoria às ações de extensão, ainda que essencialmente seja o propósito principal.

Outro elemento observado como limitado na dimensão Relação Universidade-Sociedade diz respeito à capacidade da Universidade identificar a proporção de parcerias institucionais com organizações da esfera pública ou privada em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas. O cenário posto apresenta um processo de submissão de projetos (acordo, convênios, contratos) que visam o desenvolvimento de objetos através de parceria, sem uma avaliação prévia quanto a validação da natureza extensionista, embora sejam registrados como tal.

Dessa forma, apesar dos relatórios de gestão analisados apresentarem números relativos às parcerias interinstitucionais formalizadas pela UFAL, não há uma sistematização quanto a natureza desses projetos, impossibilitando a efetivação do indicador RUS2-Parcerias interinstitucionais, situação a ser superada, sobretudo através da exigência prévia de submissão e trâmite dessas ações no módulo extensão, como qualquer outra atividade extensionista a ser institucionalizada.

4.5. Produção Acadêmica

A institucionalização da produção acadêmica trata da captação dos produtos resultantes das ações de extensão (livros, anais, artigo, manual, revistas, relatório técnico, produções audiovisuais, etc.) (FORPROEX, 2013).

Tendo como referência os elementos da cadeia de valor, a produção acadêmica da extensão universitária visa identificar quais, quantos e a qualidade dos produtos/serviços gerados.

No âmbito da UFAL ainda é uma prática incipiente a institucionalização dos produtos dessa natureza, embora a estrutura do módulo extensão viabilize esse processo, condição também validada pela exigência nos últimos editais dos programas de extensão.

Dadas as condições estruturais oferecidas pelo banco de dados do sistema, tem-se a possibilidade de implementação imediata dos indicadores IBEU que mensuram as ações de extensão por modalidade (Prod1), a produção de materiais para a instrumentalização da extensão (Prod2), livros ou capítulos (Prod3), publicação em artigos (Prod4), apresentação de trabalhos em eventos (Prod5), produções audiovisuais (Prod6) e produções artísticas (Prod7).

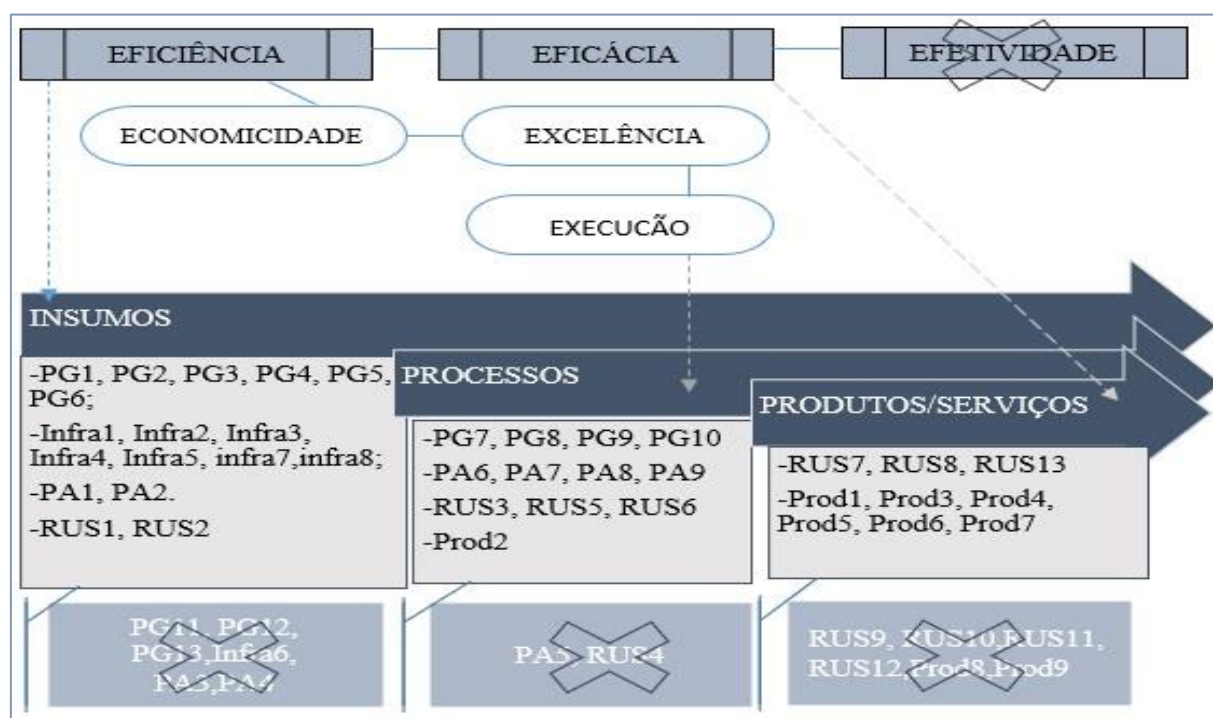
Já como apontamentos de limitações para mensuração da produção acadêmica, tendo em vista os processos o registro das ações e produtos de extensão na Universidade, há a inexistência de sistematização dos registros de novas empresas egressas de incubadoras lançadas no mercado e de novas cooperativas populares egressas da Incubadoras de Cooperativas Populares, impossibilitando, assim, a efetivação dos indicadores Prod8-Empreendimentos graduados em incubadoras e Prod9-Cooperativas populares graduadas em incubadoras

Avalia-se como uma das principais dificuldades de identificação da origem das produções em ações de extensão o fato delas, geralmente, serem incluídas nos sistemas de registro da Universidade somente como produção científica decorrentes das atividades de ensino e pós-graduação.

Dessa forma, considerando a exposição dos resultados que descrevem a Política de Extensão da UFAL e as características das variáveis capazes de proporcionar a mensuração através de indicadores de todas as atividades e seus elos de ligação visando melhorar o desempenho individual e de todo o processo, modificando ou mesmo eliminando aqueles que não agregam o devido valor;

E, haja vista a particularidade da metodologia da pesquisa IBEU que através do estabelecimento de 52 indicadores delimitou o alcance do processo avaliativo no enfoque aos insumos, processos e resultados, a partir das definições específicas para explicitar as dimensões dos resultados (eficiência, eficácia e efetividade) e dos esforços (economicidade, excelência e execução), permite-se identificar que no âmbito da UFAL, 38 indicadores possuem condições imediatas para serem implementados, conforme demonstrado na Figura 7:

Figura 7-Possibilidades e Limitações alinhadas à Cadeia de Valor e aos 6Es de desempenho para implementação dos IBEU na UFAL



Fonte: Elaborada pela autora (2019) com base nos dados da pesquisa.

Dentre as possibilidades de efetivação, 17 tratam de elementos relacionados aos insumos – capacidade instalada; 12 são de processos – eficiência através da relação insumos e produtos; e 9 são de produtos/serviços – eficácia por meio da relação entre as características e qualidade dos processos e sistema de implementação com os consequentes resultados.

As limitações identificadas nas condições para implementação dos 14 indicadores da relação dos IBEU decorrem principalmente pela deficiência em torná-los operacionais, dadas as deficiências na sistematização tanto dos registros, quanto pela capacidade de avaliação restrita ao banco de dados existente ou, até mesmo, inadequação ao processo avaliativo que se pretende implantar.

Avalia-se como necessidade que os próprios instrumentos avaliativos definam a estrutura dos registros, de modo que a avaliação seja realizada sobre uma sequência de dados coletados de forma sistemática ao longo do processo, incluindo as atividades de concepção e planejamento das ações de extensão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, atraído pela valorosa perspectiva de tornar permanente a avaliação institucional da política de extensão tal e qual um dos parâmetros de avaliação da própria universidade, teve como objetivo analisar os limites e possibilidades para a UFAL implementar os IBEU consolidados como base de referência pelo FORPROEX.

Com o intuito de alcançar tal finalidade, optou-se pela condução de uma pesquisa exploratória de caráter descritivo, desenvolvida por uma abordagem qualitativa para situar as características que se relacionam com o *modus operandi* da política de extensão universitária no âmbito da UFAL, haja vista as condições para implementação de um conjunto de indicadores de desempenho.

A coleta de dados se deu por análise nos documentos de base nacional e institucional que incorporam a função extensionista: PNEX, PNEU, PDI e Resoluções do CONSUNI/UFAL, Cartilha, Manuais, Relatórios de Gestão, Relatórios de atividades e em consultas realizadas pelo E-SIC, tendo em vista o direito constitucional de acesso às informações públicas.

O ponto de partida para a construção do processo avaliativo da extensão enquanto atividade finalística no contexto universitário se iniciou com o diagnóstico das diretrizes que orientam suas práticas, bem como as ações acadêmico-administrativas que sinalizam condições específicas para a implementação oportuna dos IBEU, culminando em cinco categorias temáticas para análise: Política de Gestão, Infraestrutura, Plano Acadêmico, Relação Universidade-Sociedade e Produção Acadêmica.

Sobre a Política de Gestão, os dados coletados apresentam a missão da UFAL pautada na multiplicação e recriação dos saberes coletivo e do diálogo com a sociedade. A garantia de fontes estáveis para a sustentabilidade financeira das ações tem se apresentado como um dos principais desafios ao longo dos anos, assim como a privação de transparência no que tange à publicização das destinações de recursos para a extensão.

Os resultados relativos à estrutura física e gerencial apontaram a PROEX como o órgão que tem como competência propor e coordenar a viabilização da política de extensão no âmbito da UFAL, assessorada pelo Comitê Assessor de Extensão, pelas Coordenações de Programa e Projetos de Extensão, de Assuntos Culturais e Coordenações de Extensão nas Unidades Acadêmicas e nos Campi Fora de Sede.

Na mesma dimensão, a publicação da Portaria UFAL n.º 650/2015-Gabinete da Reitoria estabeleceu a regulamentação do Módulo Extensão do SIGAA enquanto infraestrutura

de sistemas de informação com a finalidade de apoiar a extensão, todavia precisando progredir na prática de monitoramento capaz de sinalizar alterações no andamento dos processos.

O enfoque no Plano Acadêmico apresentou como marco a aprovação Resolução nº 04/2018- CONSUNI/UFAL que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, tendo em vista o cumprimento da Meta 12.7 do PNE, cujo objetivo é assegurar no mínimo 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária em áreas de grande pertinência social, de modo consequente, sujeitando tal processo, inclusive, a avaliação na dimensão relação Universidade-Sociedade.

A curricularização da Extensão manifesta-se com o objetivo garantir, não apenas de forma transitória, mas contínua, a relação dialógica entre universidade e sociedade em todas as expertises dos cursos, assim como avanços necessários no cadastro de produtos acadêmicos resultantes das ações de extensão, considerando ser uma funcionalidade pouco utilizada no sistema.

A Relação Universidade-Sociedade foi levantada e apurada sobretudo através das ações acadêmico-administrativas voltadas para os programas de extensão vigentes induzidos pela PROEX ou institucionalizados nas Unidades Acadêmicas, tendo em vista seu caráter orgânico-institucional.

No último quadriênio, podem-se identificar, a partir dos relatórios e banco de dados analisados, avanços significativos na estruturação dos processos internos para submissão das ações de extensão, provenientes principalmente da implantação do sistema, além de aumento de ações institucionalizadas voltadas para a identidade de envolvimento com as comunidades do entorno da Universidade.

Assim sendo, considerando a identificação das diretrizes que orientam a Política de Extensão na UFAL e do diagnóstico levantado sobre as últimas ações acadêmico-administrativas, foram confrontadas as condições para implementação dos IBEU dadas as variáveis que compuseram a construção da base de referência composta por 52 indicadores distribuídos nas cinco dimensões de avaliação definidas pelo FORPROEX.

Logo, conclui-se que, dadas as circunstâncias postas, a UFAL tem condições imediatas para implementar 38 indicadores da base de referência IBEU, possibilidades derivadas principalmente da capacidade de sistematização dos dados oferecida pelo SIGAA/Módulo Extensão.

Diante das limitações identificadas como desafios no sentido de efetivação dos demais indicadores, evidencia-se a necessidade de customização na arquitetura de dados do Módulo Extensão utilizado pela UFAL, de modo que variáveis e dimensões a eles relacionados possam ser coletadas de forma intencional e relacional ao processo de monitoramento e avaliação.

Outra iniciativa sugerida visando potencializar a propositura de novos indicadores é a implantação de uma Política de Gestão de Gastos que possibilite a mensuração e avaliação dos custos e despesas apropriados entre atividades finalísticas e de apoio para que se possa identificar e analisar os respectivos consumos de recursos.

Para mais, considerando as próprias diretrizes da extensão que permitem a criação de diferentes possibilidades de atuação, podendo provocar a emergência de novos indicadores, tem-se como apontamento o desenvolvimento de novos estudos a partir de uma abrangência diferenciada em direção à avaliação e criação de métricas para aferir os impactos das ações de extensão, circunstância não alcançada neste estudo e pela pesquisa IBEU.

Além disso, visando aproveitar as oportunidades levantadas, sugere-se que seja desenvolvido um trabalho de aplicação dos indicadores à luz do critério de relevância para acompanhamento das metas institucionais, assim como a definição de escalas que outorgarão significado aos indicadores.

Como limitações à pesquisa, apresenta-se a carência de estudos acerca de experiências do processo de implementação dos Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária; as buscas realizadas em repositórios de artigos acadêmicos, dissertações e teses apresentaram apenas um artigo sobre a temática.

Por fim, espera-se que a extensão no âmbito da UFAL, a partir da implementação de indicadores de desempenho, possa ter uma base de referência para se inserir e participar com mais propriedade das discussões que definem o futuro institucional, motivação genuína de todo e qualquer processo avaliativo, não existir para somente apresentar dados vinculados a comportamentos estáticos, mas ser direcionador do fortalecimento e vislumbre de novos caminhos para a atuação.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, I.C. B. *et al.* **A reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior.** Anais da Semana de Humanidades, XIX. Natal: UFRN, 2011.

AZEVEDO, Paola. **Instrumento de avaliação de projetos de extensão na modalidade de educação a distância.** Orientador: Alexandre Marino Costa. 2012. 224f. Dissertação (Mestrado em Administração) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Governo Provisório da República do Brasil, 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 02 ago. 2018.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1996.

_____. Tribunal de Contas da União. **Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e mapa de produtos.** Brasília, DF: Tribunal de Contas, 2000.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/leisinaes.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2018.

_____. Presidência da República. **Lei n.º 11.091, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos das Instituições Federais de Ensino (IFEs). Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 13 jan. 2019.

_____. Presidência da República. **Decreto n.º 6.495 de 30 de Junho de 2008.** Institui o Programa de Extensão Universitária-PROEXT. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em : http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6495.htm. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores.** Brasília, DF: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/content/guia-referencial-para-medi%C3%A7%C3%A3o-de>

desempenho-e-manual-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-indicadores.Acesso em: 12 set. 2018.

_____.Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7 de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.**Brasília, DF: MEC/CNE, 2018.Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192.Acesso em: 12 jan. 2018.

_____.Controladoria Geral da União. **Consulta Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.**Brasília, E-SIC, 2019.Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>.Acesso em: 12 jan. 2018.

BITTAR, Mariluce. **A história e a essência da universidade.** Multitemas, Campo Grande, n. 15,p. 74 – 92, 1999. Disponível em: <http://www.multitemas.ucdb.br/article/viewFile/1135/1074>.Acesso em: 20 fev. 2018.

BLUMBERG, Patricia.**Reforma Universitária: 95 anos do movimento de córdoba.**UNE, 2012.Disponível em : <http://www.une.org.br/2012/12/reforma-universitaria-95-anos-do-manifesto-de-cordoba>.Acesso em: 01 mar. 2018.

BONNEFOY, Juan Cristóbal; ARMIJO, Marianela. **Indicadores de desempeño en el sector público.** Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES. Santiago de Chile, 2005.

BOUCKAERT, Geert;HALLIGAN, John. **Managing Performance: International Comparisons.** New York: Routledge, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes. **A Política de avaliação da educação superior no Brasil em questão.** *Revista Avaliação.* Campinas, v. 6, n. 4, p. 7-15, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1160>: Acesso em : 15 mar. 2018.

COSTA, Daiane Ferreira. **Medição de desempenho em Universidades Federais: análise da relação entre os indicadores do Tribunal de Contas da União e o índice geral de cursos.** Orientador: Rodrigo José Guerra Leone.2012. p.120.Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) -Universidade Federal do Rio do Grande do Norte, 2012.Disponível em: <https://unp.br/wp-content/uploads/2013/12/Daiane-.pdf>.Acesso em : 11 ago. 2019.

DALBEN, A. I. L. F.; VIANNA, P. C. M. **Gestão e avaliação da extensão universitária: a construção de indicadores de qualidade.** Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n.13 (jan-dez), p. 31-39, 2008.Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/1669>. Acesso em: 06 mar. 2018.

DINIZ, Flávio Pereira. **A extensão universitária como instrumento de política pública.**Orientador: Dijaci David Oliveira).2012. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/1614>.Acesso em: 13 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (FORPLAD). **Relatório do Grupo de trabalho Indicadores para o relatório de gestão**. Ouro Preto: FORPLAD, 2017. Disponível em : <http://www.forplad.andifes.org.br/sites/default/files/GT%20-%20Indicadores%20do%20Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o.pdf>. Acesso em : 21 fev. 2018.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001a.

_____. **Avaliação Nacional da Extensão Universitária**. Brasília: MEC/SESU; Paraná: UFPR; Ilhéus: UESC, 2001b.

_____. **Regimento do FORPROEX**. São Paulo: UFABC, 2010. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26nov2010.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2019.

_____. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2012.

_____. Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. **Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão** / Organização: Maria das Dores Pimentel Nogueira; textos: Sonia Regina Mendes dos Santos ... [et al.] – Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013.

_____. **Indicadores brasileiros de extensão universitária**. Manoel Maximiano Junior (orgs)... [et al.]. Campina Grande, 2017. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Relatorio_Final_IBEU.pdf. Acesso em 10 jul. de 2017.

GIRALDELLI, Taís Renata Maziero; KIRA, L.F. **Reforma Universitária de 1968 e as contribuições de Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Vieira Pinto: considerações sobre o pensamento**. In: XII Congresso Nacional de Educação-EDUCETE, 2015, Curitiba-PR. Anais do XII Congresso Nacional de Educação, p.6752-6758, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19056_11074.pdf. Acesso em: 02 mar. 2018.

GOMES, Fabrício Pereira; ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Pesquisa quanti-qualitativa em administração: uma visão holística do objeto em estudo**. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 8, 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: FEA/USP, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000156&pid=S1517-9702201400030000500010&lng=pt. Acesso em: 12 ago. 2018.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez – autores Associados, Universidade Federal do Ceará. 1986.

INCROCCI; Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE; Thales Haddad Novaes de. **O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC.** *Soc. estado*. [online]. vol.33, n.1, p.187-212, 2018. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922018000100187&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jun. 2018.

JUNIOR, Emilson Ferreira Garcia *et al.* **Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a ciência da informação.** *Temática*, Paraíba, v.13, n.7, p.138-150, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/35383>. Acesso em: 02 fev. 2019.

LEITÃO, Sérgio Proença. **Indicadores de desempenho na Universidade: uma avaliação.** *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro. v.21, p.55-72, 1987. Disponível em: *Indicadores de desempenho na Universidade: uma avaliação.* Acesso em : 05 jun. 2019.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: foco na decisão.** 3º Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MEIRELLES, Fernando Setembrino Cruz; SANTOS, Sonia Regina Mendes dos. **A avaliação e a construção de indicadores: um estudo sobre as principais diretrizes e suas repercussões para a avaliação da extensão.** In: __ *Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão.* 8. ed. Belo Horizonte, 2013.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Onde Falha o Plano Nacional de Extensão Interagir: Pensando a Extensão**, Rio de Janeiro, p. 9-13, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/view/21099/15198>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. **A construção da extensão universitária no Brasil: trajetórias e desafios.** In: *Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão.* 8. ed. Belo Horizonte, 2013.

_____. **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas.** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

NUERNBERG, Enrique Gomes *et al.* **Gestão universitária: identificação e análise dos indicadores utilizados na literatura.** *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. Vol. 14 – n.º 3, 2016.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. **Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas Reflexões Acerca da Relação entre Universidade, Políticas Públicas e Sociedade.** In.: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte , 2004. Disponível em : <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao15.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2017.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo c.; ROCHA, Saulo José dos Santos. **Estado, políticas públicas e extensão universitária.** *Revista de Desenvolvimento Econômico-RDE*, v.12, n.22, p. 121-129, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1518/1206>. Acesso em :12 jul. 2018.

PAULA, João Antônio de. **A extensão universitária: história, conceito e propostas.** Interfaces - Revista de Extensão, v. 1, n. 1, p. 05-23, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PAULA, Maria de Fátima de. **A formação universitária no Brasil: concepções e influências.** Avaliação (Campinas) [online]. Vol.14, n.1, pp.71-84, 2009. Disponível em : http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em : 05 mar. 2018.

PEREIRA, Lucas Batista. **Extensão Universitária e Políticas Públicas.** Revista Extensão & Cidadania, Vitória da Conquista, v.1, n.1 p.91-104, 2013. Disponível em: http://periodicos.uesb.br/index.php/recuesb/article/viewFile/5440/pdf_354. Acesso em: 12 dez. 2018.

PORTER, Michael. **Competição: estratégias competitivas essenciais.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. ed. São

RODRIGUES, Ângela Ribeiro. **A extensão universitária: indicadores de qualidade para avaliação de sua prática/Estudo de caso em um centro universitário privado.** Orientador: Gregório Jean Varvakis Rados. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção), Florianópolis, UFSC, 2003.

SANTOS, Sonia Regina Mendes et al. **Avaliação e extensão: dos conceitos fundamentais a reflexões sobre a prática.** In: Avaliação da extensão universitária práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão. 8. ed. Belo Horizonte, 2013.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Avaliação institucional da extensão universitária na UFPB: a regulação e a emancipação.** 2012. 196p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2610. Acesso em: 13 jul. 2018.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. **Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos.** EnEPQ, 2013.

SILVA, José Augusto de Medeiros; AMORIM, Wellington Lima. **A reforma do ensino superior e as políticas de extensão universitária.** Revista de Extensão Universitária de Cruz Alta, 2013. Disponível em: <http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/Cataventos/article/download/417/254>. Acesso em: 12 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. **Estatuto e Regimento Geral.** Maceio, 2006. Disponível em: https://ufal.br/transparencia/institucional/Estatuto_Regimento_Ufal.pdf/view. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____.**Cartilha :A extensão na prática acadêmica..** Maceió, 2006.Disponível em: <http://www.ufal.edu.br/arapiraca/extensao/documentos/cartilha-proex>.Acesso em: 10 jan. 2019.

_____.Conselho Universitário.**Resolução nº. 61 de 08 de novembro de 2010-Regulamenta procedimentos para a implantação de progressão funcional da carreira docente no âmbito da UFAL.**Maceió, Conselho Universitário, 2010.Disponível em: http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/igdema/institucional/documentos/resolucao-61-2010-progressao-docente/at_download/file.Acesso em: 13 fev. 2019.

_____.**Plano de Desenvolvimento Institucional 2013-2017.**Maceió, 2013.Disponível em: <https://ufal.br/transparencia/institucional/plano-de-desenvolvimento/2013-2017>.Acesso em 13 jan. 2019.

_____.Conselho Universitário.**Resolução nº. 65 de 03 de novembro de 2014-Estabelece a atualização das diretrizes das atividades de extensão no âmbito da UFAL.**Maceió, Conselho Universitário, 2014.Disponível em: <https://ufal.br/ufal/extensao/documentos/diretrizes-gerais-das-atividades-de-extensao-no-ambito-da-ufal/view>.Acesso em: 13 fev. 2019.

_____.Gabinete da Reitoria.**Portaria n.º 650/2015-Institui o uso do SIGAA/Módulo Extensão no âmbito da UFAL.**Maceió, Gabinete da Reitoria, 2015.Disponível em : <https://sites2.ufal.br/portarias/media/2015/1/650.pdf>.Acesso em: 02 jan. 2019.

_____.Pró-Reitoria de Extensão.**Edital n.º 4/2016 – Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (PROCCAEXT).**Maceió, Pró-Reitoria de extensão, 2016a.Disponível em:<https://editais.ufal.br/extensao/proccaext2016/edital-proccaext>.Acesso em 05 jan. 2019.

_____.Pró-Reitoria de Extensão.**Edital n.º 3/2016 – Programa de Iniciação Artística (PROINART).**Maceió, Pró-Reitoria de extensão, 2016b.Disponível <https://editais.ufal.br/extensao/proinart-2016/edital-proinart-2016>.Acesso em 05 jan. 2019.

_____.Pró-Reitoria de Extensão.**Edital n.º 4/2016 – Edital Zumbi e Maninha Xucuru-Cariri.**Maceió, Pró-Reitoria de extensão, 2016c.Disponível <https://editais.ufal.br/extensao/proinart-2016/edital-proinart-2016>.Acesso em 05 jan. 2019.

_____.Núcleo de Tecnologia da Informação. **Manual de Extensão para docente.**Maceió, 2016d.Disponível em: <https://sistemas.ufal.br/confluence/pages/viewpage.action?pageId=9404883>.Acesso em 05 jan. 2019.

_____.Auditoria Geral.**Solicitação de Auditoria ° 44\2017-AG\UFAL.** Maceió, 2017.

_____.Conselho Universitário. **Regulamenta as Ações de Extensão como Componente Curricular Obrigatório nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFAL..**Maceió, Conselho Universitário, 2010.Disponível em: http://www.ufal.edu.br/unidadeacademica/igdema/institucional/documentos/resolucao-61-2010-progressao-docente/at_download/file.Acesso em: 13 fev. 2019.

_____.**Relatórios de Gestão (2015-2018)**.Maceió, 2019.Disponível em :<https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao>.Acesso em :10 fev. 2019.

_____.Pró-Reitoria de Extensão.**Relatórios de Atividades (2015-2018)**.Maceió, 2019.Disponível em :<https://ufal.br/transparencia/relatorios/gestao>.Acesso em :10 fev. 2019.

_____.Núcleo de Tecnologia da Informação.**Relatório com os dados brutos do SIGAA/Módulo Extensão**.Maceió, 2019.

_____.Faculdade de Serviço Social.**Relatórios do Programa CAPACITASUAS**.Maceió, 2019.

_____.Faculdade de Letras.**Relatórios do Programa Casas de Cultura**.Maceió, 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE I

Condições para implementação dos IBEU no âmbito da UFAL

INDICADOR	OBJETIVO	POSSIBILIDADES/LIMITAÇÕES	CONDIÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO
PG1: Importância estratégica da extensão universitária	Avaliar a presença da extensão na definição da missão institucional da IPES. SIM ou NÃO	No PDI vigente a missão da UFAL traz o compromisso com a formação de competências através do diálogo com a sociedade, de modo que o mapa estratégico definiu como uma de suas macroprioridades a perspectiva a relação UFAL e Sociedade enquanto finalidade institucional.	IMEDIATA
PG2: Estrutura organizacional de suporte a extensão universitária	Identificar na IPES a existência de órgãos definidores de políticas de extensão, responsáveis pela implementação de normas e regulamentações. SIM ou NÃO	A Pró-Reitoria de Extensão da UFAL, assessorada pelo Comitê Assessor de Extensão, é o órgão que tem por finalidade planejar e coordenar políticas de extensão e atividades artístico-culturais.	IMEDIATA
PG3: Institucionalização de programas e projetos de extensão	Avaliar o nível de oferta aos alunos matriculados na instituição (em regime presencial) de programas e projetos institucionalizados	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: -Total de ações de extensão, por modalidade, apresenta o número de programas e projetos institucionalizados; - Relatórios divulgados pela PROGRAD/UFAL em números.	IMEDIATA

PG4: Valorização da prática extensionista como critério de promoção na carreira	Avaliar a incorporação de critérios de promoção funcional associados ao envolvimento em ações de extensão no Plano de Carreira dos Servidores. SIM ou NÃO	-Resolução que estabelece as diretrizes das atividades de extensão na UFAL; - Plano de Cargos e Carreiras (PCC).	IMEDIATA
PG5: Formação em gestão da extensão para servidores dos órgãos/setores responsáveis pela extensão	Avaliar a proporcionalidade do número de horas de treinamento em gestão da extensão universitária disponibilizada anualmente aos servidores (incluindo gestores).	- O Setor de capacitação/PROGEP consolida nos seus relatórios o total de participantes e cursos/horas relacionados as atividades de extensão por ano.	IMEDIATA
PG6: Participação dos servidores da extensão em eventos da área	Avaliar a proporcionalidade do número de eventos e congressos de extensão universitária com a participação de servidores da extensão (incluindo gestores).	O Setor de capacitação gerencia as informações relativas aos Editais para participação em eventos externos sobre extensão universitária.	IMEDIATA
PG7: Capacitação em extensão promovida ou apoiada pela pró-reitoria (ou equivalente) aberta à comunidade acadêmica	Avaliar a participação em treinamentos em extensão de docentes, técnicos e alunos de modo a despertar o interesse pela prática extensionista.	A coordenação de Programas e Projetos de Extensão promove e gerencia todas as atividades de capacitação direcionadas à comunidade acadêmica (número de eventos e participantes).	IMEDIATA
PG8: Garantia da qualidade na extensão	Identificar a existência de procedimentos formais e sistematizados para avaliação e aprovação de propostas, acompanhamento da execução e resultados de ações de extensão. SIM ou NÃO	-Portaria UFAL Nº 650/2015 que estabelece a sistematização para avaliação das propostas no SIGAA/Extensão; -O módulo acompanha a execução das ações através de um relatório parcial e final;	IMEDIATA

		-Não há sistematização para monitoramento durante a vigência das ações; -Os resultados são consolidados nos relatórios gerenciais do sistema, na sua grande maioria quantitativos.	
PG9: Taxa de aprovação de propostas de extensão em editais externos	Avaliar o percentual de projetos e programas submetidos e aprovados em editais externos.	Relatórios SIGAA/Extensão: -Ações que receberam financiamento Externo e Busca por Ações de Extensão com filtro por Edital e Ano.	IMEDIATA
PG10: Taxa de conclusão de ações de extensão	Identificar o quantitativo de ações de extensão concluídos no tempo pré-definido (com apresentação de relatório final).	Relatório SIGAA/Extensão: -Ações por Ano, modalidade (submetidas e concluídas)	IMEDIATA
PG11: Recursos do orçamento anual público voltado para extensão	Identificar o percentual de recursos aprovados no orçamento ordinário da IPES destinados exclusivamente a extensão.	-Relatório de Execução Orçamentária. No entanto, no último quadriênio nenhuma das informações publicizadas sobre o orçamento da UFAL especifica a destinação de recursos para a dimensão extensão, nem tampouco há Gestão dos Gastos realizados para as atividades finalísticas na Universidade.	NÃO SISTEMATIZADA
PG12: Recursos da extensão captados via edital público externo	Avaliar a capacidade institucional para captação externa de recursos via editais governamentais, fundos, outros.	- Não há Gestão dos Gastos destinados Extensão para ser avaliado frente aos recursos de extensão captados via editais externos.	NÃO SISTEMATIZADA
PG13: Recursos da extensão captados via prestação de serviços acadêmicos especializados	Avaliar a capacidade institucional para captação externa de recursos via prestação de serviços.	-Não monitoramento dos resultados financeiros das prestações de serviços.	NÃO SISTEMATIZADA

Infra1: Disponibilidade de espaço físico adequado para órgãos/setores de gestão da extensão	Avaliar a adequabilidade dos espaços físicos disponibilizados pelas IPES para atividades administrativas da pró-reitoria de extensão (ou equivalente).	- Área administrativa (planta baixa); -Número de servidores lotados na PROEX; -Fluxo de atendimentos/pessoas.	IMEDIATA
Infra2: Estrutura de pessoal nos órgãos/setores de gestão da extensão	Avaliar a proporcionalidade das ações de extensão em relação ao quantitativo de servidores (técnico-administrativos) permanentes na(s) unidade de gestão da extensão universitária.	Relatório SIGAA/ Extensão: -Total de ações por ano; -Número de servidores lotados na PROEX;	IMEDIATA
Infra3: Disponibilidade de equipamentos adequados para eventos culturais	Avaliar a disponibilidade de espaços culturais com infraestrutura adequada (teatros, salas de exposição, cinemateca etc.). SIM ou NÃO	- Relatórios dos Equipamentos Culturais; - Inventário de equipamentos para realização de eventos nas Unidades Acadêmicas	IMEDIATA
Infra4: Disponibilidade de espaços esportivos adequados	Avaliar a disponibilidade de espaços esportivos com infraestrutura adequada (ginásios, quadras de esporte, etc.). SIM ou NÃO	- Relatório de atividades do Complexo Esportivo – Campus A.C. Simões; - Espaços nos campi fora de sede.	IMEDIATA
Infra5: Disponibilidade de espaços adequados de apoio ao empreendedorismo	Avaliar a disponibilidade de espaços de apoio ao empreendedorismo com	-Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT); -Incubadora de Empresas de Alagoas;	IMEDIATA

	infraestrutura adequada (incubadoras, escritórios de apoio, etc.). SIM ou NÃO	-Núcleo de Incubação de Negócios Tradicionais e Socioculturais Espaço Gente.	
Infra6: Logística de transporte de apoio à extensão	Avaliar a capacidade de atendimento de demandas de transporte para as ações de extensão	-Embora as requisições de transportes sejam cadastradas no SIPAC, não há um monitoramento das demandas no que tange as naturezas de ensino, pesquisa e extensão.	NÃO SISTEMATIZADA
Infra7: Acesso e transparência das ações extensão	Identificar a existência de bases de dados e de ações de extensão disponíveis para consulta pública. SIM ou NÃO	-Consulta Pública SIGAA/Módulo Extensão	IMEDIATA
Infra8: Sistemas informatizados de apoio a extensão	Identificar a existência de infraestrutura de sistemas de informação com a finalidade de apoiar a extensão: inscrição, acompanhamento e controle, prestação de contas das ações. SIM ou NÃO	-SIGAA/Módulo Extensão	IMEDIATA
PA1: Regulamentação de critérios para inclusão da extensão nos currículos	Identificar a existência de regulamentação para inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação. SIM ou NÃO	Resolução nº 04/2018-CONSUNI/UFAL	IMEDIATA
PA2: Nível de inclusão da extensão nos currículos	Identificar o nível de inclusão da extensão nos currículos dos cursos de graduação.	Controle na emissão de pareceres acerca das adequações dos PPCs no quesito creditação da extensão.	IMEDIATA

PA3: Articulação extensão – ensino	Identificar a percentagem de programas e projetos de extensão articulados com o ensino.	- Não há no módulo extensão um campo que vincule a ação de extensão com determinada atividade de ensino.	NÃO SISTEMATIZADA
PA4: Articulação extensão – pesquisa	Identificar a percentagem de programas e projetos de extensão articulados com a pesquisa.	- Não há no módulo extensão um campo que articule a proposta de ação de extensão com determinada atividade de pesquisa.	NÃO SISTEMATIZADA
PA5: Contribuições da extensão para o ensino e a pesquisa	Avaliar contribuições geradas a partir da relação dialógica universidade e demais setores da sociedade, materializadas em: novas linhas e grupos de pesquisa implantados, mudanças curriculares, novas metodologias, outras. SIM ou NÃO	- A estrutura a ser preenchida nos relatórios parcial e final das ações de extensão não exige como informação obrigatória o registro da materialização de novas linhas e grupos de pesquisa implantados, mudanças curriculares, novas metodologias, outras.	NÃO SISTEMATIZADA
PA6: Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão	Avaliar o nível de participação de estudantes em ações de extensão universitária e o consequente empenho institucional.	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: -Total de discentes como membros da equipe;	IMEDIATA
PA7: Participação geral da extensão no apoio ao estudante	Avaliar o quantitativo de bolsas de extensão em relação ao total de bolsas concedidas para alunos de graduação, exceto as bolsas de assistência estudantil.	- Portal da Transparência /UFAL; - SIGAA/Módulo Bolsa	IMEDIATA
PA8: Participação de docentes na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ou execução) de professores em ações de extensão universitária.	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: -Total de docentes participantes de ações de extensão; -Quadro de docentes da Universidade.	IMEDIATA

PA9: Participação de técnicos-administrativos na extensão	Avaliar o nível de participação direta (coordenação e/ou execução) de técnicos-administrativos na extensão.	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: -Total de técnico administrativo por tipo de ação; -Quadro de técnicos-administrativos da Universidade.	IMEDIATA
RUS1: Representação da sociedade na IPES	Identificar a participação de representantes da sociedade civil nas instâncias deliberativas da instituição (conselhos, câmaras, comissões e outros). SIM ou NÃO	- Secretaria Executiva dos Conselhos Superiores (SECS).	IMEDIATA
RUS2: Parcerias interinstitucionais	Identificar a proporção de convênios, contratos e acordos de cooperação com organizações do setor público, privado e movimentos sociais organizados, em relação ao total de ações de extensão desenvolvidas.	- SIGAA/Módulo Projetos e Convênios; - Atualmente não especificam quais desses registros caracterizam atividades de extensão.	PARCIALMENTE
RUS3: Envolvimento de profissionais externos na extensão da IPES	Avaliar o nível de colaboração de professores e técnicos de outras instituições e não acadêmicos com a extensão universitária.	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: -Total de participantes externo por tipo de ação; -Total de ações, por modalidade.	IMEDIATA
RUS4: Representação oficial da IPES junto à sociedade civil	Avaliar o nível de representação da IPES em entidades da sociedade civil (conselhos, outros)	- Não há registro sistematizado desse tipo de representação.	NÃO SISTEMATIZADA

RUS5: Meios de comunicação com a sociedade	Avaliar a diversidade das mídias institucionais utilizadas na comunicação: sites, redes sociais, jornais, rádios, tv, outras.	- Controle de registros do setor de comunicação da PROEX. - Modalidades de mídias utilizadas pela Assessoria de Comunicação.	IMEDIATA
RUS6: Alcance da Prestação de Contas à Sociedade	Identificar os mecanismos utilizados para prestar contas à sociedade dos recursos recebidos, atividades desenvolvidas e resultados alcançados	- Relatórios de Gestão encaminhado ao TCU; -Relatórios de atividades disponíveis na página da UFAL.	IMEDIATA
RUS7: Público alcançado por programas e projetos	Identificar o alcance dos programas projetos de extensão junto à comunidade externa.	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: - Total de público atingido conforme relatórios submetidos; -Total de ações de extensão, por modalidade.	IMEDIATA
RUS08: Público alcançado por cursos e eventos	Identificar o alcance das ações de extensão junto à comunidade externa por meio de cursos e eventos.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão: -Número total de eventos desenvolvidos, por tipo de evento e público participante, por área temática; - Número total de cursos, total de carga horária, concluintes e ministrantes em curso de extensão presencial, segundo a área do conhecimento (CNPQ).	IMEDIATA
RUS9: Público alcançado por atividades de prestação de serviço	Identificar o alcance das ações de extensão (prestação de serviço) junto à comunidade externa.	Não há no SIGAA/Módulo Extensão relatório que apresente o público atingido pela prestação de serviço.	NÃO SISTEMATIZADA
RUS10: Ações de extensão dirigidas às escolas públicas	Avaliar o grau de compromisso da IPES com o ensino público.	Não há no SIGAA/Módulo Extensão relatório com o número de ações destinadas às escolas públicas.	NÃO SISTEMATIZADA

RSU11: Professores da rede pública atendidos por cursos de formação continuada	Avaliar o grau de compromisso da IPES com o ensino público.	Não há no SIGAA/Módulo Extensão relatório com o número de professores da rede pública atendidos.	NÃO SISTEMATIZADA
RUS12: Inclusão de população vulnerável nas ações	Avaliar o grau de comprometimento social da IPES com a população em situação de vulnerabilidade.	Não há no SIGAA/Módulo Extensão relatório com o número de ações dirigidas à população em vulnerabilidade social.	NÃO SISTEMATIZADA
RUS13: Municípios por ações de extensão	Avaliar o percentual de municípios atendidos pelas ações de extensão em relação ao total de municípios que são abrangidos pela respectiva IPES.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão -Total de ações por local de realização; -Total de ações de extensão por modalidade.	IMEDIATA
Prod1: Ações de extensão desenvolvidas por modalidade	Avaliar o nível de oferta de ações de extensão (programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço) relativamente ao total de alunos de graduação da IPES.	Relatório SIGAA/Módulo Extensão: - Total de ações de extensão por modalidade.	IMEDIATA
Prod2: Produção de materiais para instrumentalização da extensão	Identificar a produção de materiais para orientação e apoio ao desenvolvimento das ações de extensão: livros, manuais, cartilhas, outros.	- Relatórios de atividades de extensão - Manual, cartilhas e materiais disponibilizados nos cursos de capacitação.	IMEDIATA
Prod3: Produção de livros ou capítulos com base em resultados da extensão	Identificar a produção de livros ou capítulos produzidos a partir de resultados das ações de extensão.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão: - Total de produtos ativos (livros e capítulos) por área temática; -Total de ações por modalidade.	IMEDIATA

Prod4: Publicação de artigos em periódicos com base em resultados da extensão	Identificar a produção de artigos produzidos a partir de resultados das ações de extensão.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão: - Total de produtos ativos (artigos) por área temática; -Total de ações por modalidade.	IMEDIATA
Prod5: Comunicações em eventos com base em resultados da extensão	Identificar a apresentação de trabalhos em eventos (congressos, seminários, colóquios etc.) a partir de resultados das ações de extensão.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão: - Total de produtos ativos (apresentação em eventos) por área temática; - Total de ações, por modalidade.	IMEDIATA
Prod6: Produções audiovisuais	Identificar o número de novas produções áudios-visuais geradas a partir de resultados da extensão.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão - Total de produtos ativos por área temática; -Total de ações por modalidade.	IMEDIATA
Prod7: Produções artísticas (exposições, espetáculos, outros)	Identificar o número de produções artísticas produzidas e lançadas a partir de resultados da extensão.	Relatórios SIGAA/Módulo Extensão - Total de produtos ativos por área temática; -Total de ações por modalidade.	IMEDIATA
Prod8: Empreendimentos graduados em incubadoras	Identificar o número de novas empresas egressas de incubadoras da IPES lançadas no mercado.	- Não há a sistematização desses registros no Módulo Extensão, nem nas resoluções que estabelecem as diretrizes da política de extensão na UFAL.	NÃO SISTEMATIZADA
Prod9: Cooperativas populares graduadas em incubadoras	Identificar o número de novas cooperativas populares egressas da Incubadoras de Cooperativas Populares da IPES.	- Não há a sistematização desses registros no Módulo Extensão, nem nas resoluções que estabelecem as diretrizes da política de extensão na UFAL.	NÃO SISTEMATIZADA